

IMAGINAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE

ADRIANA-FLOR DE SOUZA SANTOS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE FLUMINENSE

DARCY RIBEIRO -UENF

CAMPOS DOS GOYTACAZES/RJ

MARÇO 2011

ADRIANA-FLOR DE SOUZA SANTOS

IMAGINAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE

Linha de Pesquisa: Filosofia da Mente e Processos Cognitivos

Projeto de Pesquisa: Estudo dos Processos Cognitivos

Dissertação submetida Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre, sob a orientação do Profº Dr. Gilberto L. Gomes.

CENTRO DE CIÊNCIAS DO HOMEM

CAMPOS DOS GOYTACAZES

MARÇO 2011

FICHA CATALOGRÁFICA

Preparada pela Biblioteca do **CCH / UENF**

014/2011

S237 Santos, Adriana-Flor de Souza.

Imaginação : reflexões sobre a possibilidade / Adriana-Flor de
Souza Santos -- Campos dos Goytacazes, RJ, 2011.

117 f.

Orientador: Gilberto L. Gomes

Dissertação (Mestrado em Cognição e Linguagem) –
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Centro
de Ciências do Homem, 2011

ADRIANA-FLOR DE SOUZA SANTOS

IMAGINAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE A POSSIBILIDADE

Dissertação submetida Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem da Universidade Norte Fluminense Darcy Ribeiro, como parte dos requisitos para a obtenção do título de mestre, sob a orientação do Profº Dr. Gilberto L. Gomes.

Aprovado em _____ de março de 2011.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilberto Lourenço Gomes
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Prof. Dr. Leonardo Pinto de Almeida
Universidade Federal Fluminense

Professora Dra. Arlete Parrilha Sendra
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Professor Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro

Agradecimentos

Agradeço, primeiramente, ao Professor Dr. Gilberto Lourenço Gomes, pela orientação, pelo incentivo, pela paciência, por tantos momentos de escuta preciosa.

À Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, pela oportunidade de ingressar no Programa de Pós-Graduação em Cognição e Linguagem. Agradeço a todos os professores, secretários e funcionários do programa.

À Professora Dra. Sylvia Beatriz Joffily, por seu carinho e contribuições valiosas e incentivadoras.

À Professora Dra. Arlete Parrilha Sendra, por suas características gentileza e atenção, e por aceitar o convite para participar desta banca.

Ao Professor Dr. Leonardo Pinto de Almeida, pela aceitação do convite para participar desta banca.

Ao Professor Dr. Carlos Henrique Medeiros de Souza, por sua grande gentileza e por aceitar a fazer parte desta banca.

Ao Professor Dr. Pedro Lyra por suas contribuições pontuais durante a defesa do projeto de dissertação.

Ao Professor Dr. Frederico Schwerin Secco por suas contribuições incentivadoras.

Aos meus colegas do curso de Cognição e Linguagem, pelos momentos compartilhados e pela amizade, e à minha família, por estar sempre presente em tudo na minha vida. Em especial, aos meus irmãos Ananda e Diogo por toda ajuda e incentivos incondicionais. Ao Pasquale, por sua ajuda e paciência em apoiar minhas escolhas.

Resumo

Esta dissertação consiste em uma pesquisa teórica com o objetivo de enfatizar a característica criativa da imaginação, responsável pela percepção do mundo enquanto possibilidade.

A imaginação é a faculdade cognitiva de criar imagens mentais que podem ser apoiadas em qualquer um dos sentidos, ou seja, elas não seriam necessariamente apenas de caráter visual, como usualmente tende-se a pensar. O que mais se destaca no estudo da imaginação é sua característica de apresentar o mundo e seus objetos como pura possibilidade. A imaginação utiliza imagens anteriormente percebidas na experiência sensível do indivíduo, reordenando estes dados, criando ou re-atualizando estas imagens em uma dimensão possível, mas não necessariamente passível de realidade.

Durante este trabalho, pode-se observar que a imaginação se ocupa de possibilidades que não são delimitadas pela forma ou função original de um objeto. Existem objetos e eventos na margem da consciência – como eventos potenciais ou objetos latentes. A intenção do indivíduo afeta a forma com que este percebe um objeto, pois muitas vezes pode-se utilizar um objeto fora de sua função original para poder realizar um projeto ou resolver um problema. Existe um aspecto criativo do ato de perceber que faz parte de uma possibilidade imaginal.

As conclusões desse trabalho detiveram-se na visão de que a imaginação seria uma função cognitiva que permite o surgimento de novos conceitos através da relação de diversos elementos, muitas vezes contraditórios, já que a imaginação, durante seu ato, não está sujeita a julgamentos de verdade e

falsidade. Para tanto, é preciso considerar a função criativa do ato imaginativo, enfatizando, principalmente, sua função de perceber determinado aspecto da realidade como possibilidade, deslocando-o de sua maneira habitual de ser, o que propicia a percepção de novos aspectos.

Palavras chave: Imaginação, imagem mental, criatividade, possibilidade, metáfora

Abstract

This work consists in a theoretical research with the objective of emphasizing the creative characteristic of imagination, responsible for the perception of the world as possibility.

Imagination is the cognitive faculty that creates mental images which can be supported by any of our senses, i. e., they are not only visual, as we usually tend to think. What seems to be more important in the study of imagination is the characteristic of presenting the world as pure possibility. Imagination uses images that were perceived beforehand in the individual's sensible experience, re-organizing this data, creating and updating these images in a possible, but not necessarily real, dimension.

During this work, it could be observed that imagination works with possibilities that are not constrained by the original shape or function of an object. There are objects and events on the edge of consciousness – as potential events or latent objects. The individual's intention affects the way he/she perceives an object, because an object can often be used differently from its original function with the objective of fulfilling a project or solving a problem. There is a creative aspect in the act of perceiving that is part of an imaginal possibility.

The conclusions focused on the view that imagination is a cognitive function that allows the emergence of new concepts through the relation of many elements that can often be contradictory, since imagination is not subject to any kind of judgement during its act. For this purpose, need to be considered the creative function of the imaginative act, specially emphasizing its function of perceiving an

aspect of reality as possibility, shifting it from its usual mode of being, leading to the perception of new aspects.

Key words: Imagination, mental image, possibility, creativity, metaphor

Sumário

| | |
|---|-----|
| Introdução | 1 |
| I-Origem dos termos..... | 6 |
| II- As definições..... | 7 |
| 1- O estudo da formação das imagens mentais..... | 10 |
| 1.1- A Formação das Imagens mentais na psicologia cognitiva..... | 10 |
| 1.2- As descobertas experimentais..... | 14 |
| 1.3 O debate sobre as imagens mentais | 25 |
| 2- Experiência e representação na construção do significado..... | 42 |
| 2.1 A relação da percepção com a Imaginação..... | 42 |
| 2.2-Continuidades entre a imaginação e a percepção..... | 44 |
| 2.3-Descontinuidades entre a imaginação e a percepção..... | 47 |
| 2.4- Consciência: A coexistência da percepção com a imaginação..... | 54 |
| 3- Imagem mental e os tipos de imaginação..... | 66 |
| 3.1 Principais recortes do conceito de imagem mental..... | 66 |
| 3.2 O que é uma imagem imaginária? | 70 |
| 3.3- Imaginação e Possibilidade..... | 74 |
| 3.4 Os tipos de imaginação..... | 78 |
| 3.5 Diferentes tipos de imaginação..... | 79 |
| 4: A construção do sentido através da experiência imaginária..... | 85 |
| 4.1- Metáfora como modelo cognitivo..... | 85 |
| 4.2-A metáfora como um definidor da noção de realidade..... | 90 |
| 4.3- Recortes teóricos do conceito criatividade..... | 95 |
| 4.4- A imaginação como veículo da criatividade..... | 98 |
| 4.5 A metáfora como paradigma da imaginação criativa..... | 101 |

| | |
|-------------------|-----|
| Conclusão..... | 105 |
| Bibliografia..... | 108 |
| Anexo..... | 113 |

O homem é, basicamente, um criador de imagens, e nossa substancia psíquica consiste de imagens; nossa existência é imaginação. Somos de fato de igual matéria da qual os sonhos são feitos.

James Hillman

Introdução

Este trabalho tem como objetivo fazer uma reflexão sobre a importância da imaginação na vida, já que muitas vezes não conseguimos estabelecer um limite entre aquilo que percebemos como realidade e aquilo que imaginamos. Procuramos ressaltar o fato de que a imaginação é um aspecto da cognição que influencia diretamente na apreensão da realidade pelo ser humano.

Como nos aponta Takaya (2004), a imaginação não existe como um programa de computador ou órgão no corpo de alguém, mas certamente possuímos a capacidade de imaginar e percebemos isso como sendo distinto dos outros modos de pensar e de outras funções mentais. Desse modo, enquanto não é possível identificar e analisar a imaginação como fazemos com um objeto ou entidade no mundo, temos algo que justifique a reflexão sobre este tema.

Para que possamos abordar o tema da imaginação, faz-se necessário uma investigação multidisciplinar que, através de diferentes perspectivas, enriquecem nosso entendimento do tema e nos auxiliam a delinear-lo, pois o caráter evanescente da imaginação faz com que tomemos conhecimento dela apenas por relatos de caráter pessoal, mais do que por relatos científicos.

A elaboração desta dissertação se faz relevante porque é um tema que consideramos importante para uma compreensão mais ampla da cognição humana, já que a imaginação parece se fazer presente no processo criativo e na apreensão enriquecida da realidade. A imagem mental e a imaginação possuem um papel central em diversas atividades culturais como a arte, a ciência e a

religião, o que demonstra a importância de uma compreensão mais ampla deste fenômeno.

Neste trabalho temos como principal objetivo demonstrar a importância da imaginação nos processos criativos, enfatizando esta enquanto um processo cognitivo importante. Temos como objetivos específicos demonstrar que a imaginação é uma função cognitiva essencial para os atos criativos e também estabelecer a distinção conceitual entre imagens mentais e imaginação.

Nossa hipótese é que a imaginação seria uma função cognitiva que permite o surgimento de novos conceitos através da relação de diversos elementos muitas vezes contraditórios, já que a imaginação, durante seu ato, não está sujeita a julgamentos de verdade e falsidade. Para tanto, é preciso considerar a função criativa do ato imaginativo e não só seu papel de reproduzir as impressões dos sentidos. Deve-se enfatizar também sua função interpretativa de “ver como” um determinado aspecto da realidade, deslocando-o, dessa forma, de sua maneira habitual de ser, o que propiciaria a emergência de novos aspectos antes desconhecidos.

Esse aspecto interpretativo ou metafórico do ato de imaginar um objeto de uma maneira não convencional seria possível pela capacidade que a imaginação possui de, durante sua ação, não estar estreitamente relacionada com o senso de realidade, como é o caso da percepção que não responde tão bem a tentativas de manipulação e a expectativas pessoais.

Historicamente, a psicologia, com seu afã de se tornar uma ciência séria, tentou abolir do seu rol de “temas importantes” aqueles que poderiam remeter à

temível metáfora de “mundo interior” ou de realidades mentais que não poderiam ser provadas por métodos científicos (Schultz & Schultz, 1992, Berman, D. & Lyons, W. 2007) e, portanto, a imaginação foi muito tempo excluída desta lista, ficando, desta forma, relegada apenas a discussões “pouco sérias” que não estariam comprometidas com a realidade passível de ser mensurada.

Para um melhor entendimento da imaginação, é necessário, inicialmente, definir o conceito de imagem mental, uma vez que este conceito está sempre sujeito a novas elaborações, o que vem ocorrendo ao longo da história. Sua relação com a maneira do ser humano conceber o mundo que o circunda é inegável, bem como sua relação com o ato criativo da mente. De uma maneira geral, o papel do ato imaginativo seria o de lidar com objetos não reais, enquanto que os objetos apreendidos pela percepção, por sua vez, possuiriam o status de realidade. Um dos aspectos principais da relação entre imaginação e percepção é que ambas têm a possibilidade de existir, simultaneamente, característica que acentua o papel de uma lidar com o não real e a outra com a realidade. Não estamos com isso fazendo uma divisão radical entre real e imaginário, uma vez que veremos ao longo do trabalho que estas duas instâncias se interpenetram.

Apesar de intuitivamente aceita pela maioria das pessoas como um aspecto familiar de suas atividades mentais, a existência de imagens mentais, bem como sua natureza e papel desempenhado na cognição, ainda é um assunto que tem gerado dúvidas e divergências entre os pesquisadores ao longo dos séculos. (Casey 1971, Tye, 1984).

O que mais se destaca no estudo da imaginação é sua característica de apresentar o mundo e seus objetos como pura possibilidade. Isso possibilita que o

homem se relacione com o mundo que o cerca como uma estrutura aberta, sempre passível de receber novas significações. A imaginação, ao se utilizar de imagens anteriormente percebidas durante a experiência sensível, reordena estes dados criando ou reatualizando suas imagens em uma dimensão possível, mas não necessariamente passível de realidade.

A imaginação é reconhecida como um processo singular desde a antiguidade (Kugler, 1999), o que pode vir a ser interpretado como o fato desta função desempenhar algum papel na sobrevivência e no desenvolvimento do ser humano enquanto espécie. Talvez, a capacidade de vivenciar mentalmente um aspecto da realidade apenas como possibilidade, sem a necessidade de experienciar a situação, de fato ofereça diversas vantagens, como evitar um erro que poderia causar dano ao organismo ou mesmo ser de grande auxílio na descoberta de novas ferramentas úteis à manutenção da sobrevivência e, também, como uma ferramenta cognitiva útil para a formação e aprendizagem cultural, que lida essencialmente com uma realidade abstrata e simbólica. O mundo pré-literário era consciente do poder da imagem (Egan, 1992), por sua concretude e vivacidade, pensava-se que as imagens tinham o poder de evocar associações emocionais. Nas culturas orais, as pessoas utilizavam imagens para transmitir seu conhecimento e cultura, pois a imaginação não era, primeiramente, uma função de uma mente individual, mas, sim, uma ferramenta mnemônica para a preservação do grupo social.

De acordo com alguns autores, a imaginação seria um traço mental distintivo do ser humano (Kearney (1988), Langer (2004), Brann (1991)), pois seria responsável pela capacidade de abstração e de um certo distanciamento do

humano dos vínculos naturais-instintivos, o que possibilitaria o surgimento da cultura.

Segundo Suzanne Langer (2004), a produção de imagens mentais seria o nosso modo de pensar desinstruído e as histórias seu produto mais antigo. Para a autora, a primeira coisa que faríamos com as imagens seria visualizar uma história, assim como a primeira coisa que faríamos com as palavras seria efetuar uma declaração. A imaginação seria, então, uma metáfora da cognição sem palavras e o ato básico que geraria as formulações conceituais tanto verbais como imagéticas, seria a transformação simbólica.

Atualmente, as questões referentes à sobrevivência da espécie humana não são tão prementes como na pré-história, mas a imaginação permanece necessária, enquanto um aspecto da cognição, quer para ciência, quer para o campo das humanidades. De acordo com Taylor (1981), a imaginação pode funcionar como um substituto da experiência direta, como uma fonte de conhecimento. As imagens mentais nos fascinam, mesmo que as únicas que realmente possamos de fato “ver” sejam fruto exclusivo de nossa mente. Mesmo assim, existem aqueles que conseguem encontrar uma forma de compartilhar as suas próprias imagens e, com isso, provocar o surgimento de novas possibilidades nas mentes de outros, como no caso dos artistas e de todos aqueles dedicados, de alguma forma, a ampliar as possibilidades de se perceber a realidade.

I- Origem dos termos

De acordo com Brann (1991), os nomes que utilizamos para as funções imaginativas agrupam-se em torno de duas palavras: fantasia, que é um termo de origem grega, e imaginação, que é uma palavra de origem latina. A palavra imaginação é formada pela palavra “imagem” (*imago*), e significa, originalmente, a capacidade de se ter ou de se construir e manipular imagens mentais (Thomas, 1999). Este termo também está associado à palavra latina *imitatio*. Desse modo, fica evidente o aspecto mimético da imaginação, com relação aos dados advindos dos sentidos, pelo menos no que concerne à origem etimológica do termo.

Outros termos importantes relacionados com o conceito de imaginação são:

- a) A formação de imagens mentais (*mental imagery*), que são os elementos representacionais da mente vistos do ponto de vista de suas estruturas; a definição da característica da formação de imagens mentais é uma preocupação da psicologia cognitiva.
- b) A imagem mental, que é o produto da imaginação, é definida como uma experiência quase-perceptual que se assemelha à experiência perceptual, mas que ocorre na ausência do estímulo perceptual apropriado.
- c) Imaginar, que é o processo de formação de uma imagem fictícia complexa ou de um mundo imaginário.
- d) Imagear, que é a formação de produtos imagéticos no espaço interno e externo e que traz à tona o problema da espacialidade mental e da semelhança representacional.

O termo fantasia, do grego *phantasia*, é o primeiro termo utilizado para designar a formação de imagens mentais. A tradução latina da palavra *phantasia*, de acordo com Brann (1991), é *visum* (coisa visível) ou *visio* (visão). O que os gregos consideravam como fantasias seria considerado como visões, pelas quais as imagens dos objetos ausentes seriam representadas na mente para que se possam vê-las e tê-las presente. *Phantasia* é o substantivo derivado do verbo *phainesthai* que significa “trazer à luz”, “fazer resplandecer”, “aparecer”. Outro verbo relacionado é o *phantazesthai*, que é um verbo utilizado especificamente para o fato de se ter memórias, sonhos e alucinações, o qual é sinônimo de *phainomenon*, “aparência”, que é eventualmente utilizado para a faculdade de se lidar com as aparências.

O termo fantasia, de acordo com Brann (1991), suplementa a noção da caracterização latina da imaginação como uma capacidade de imitação. A união dos dois termos, “fantasia-imaginação”, teria como resultado a capacidade para se formar aparências internas que se assemelham às percepções externas.

II- As definições

As definições do termo imaginação surgem de diversos modos. Alguns desses modos expressam uma experiência pessoal, outros representam a tentativa de defini-la enquanto uma função única através da análise de várias de suas características. Essa multiplicidade de usos e de definições da experiência imaginativa dificulta o seu entendimento. Brann (1991) nos diz que a imaginação é uma palavra que designa “nada”, porque seu significado é muito amplo. Casey

(1979) também afirma que a imaginação é uma palavra que surgiu para prometer muito mais do que é capaz de cumprir. Esses autores ressaltam o fato que existe uma grande quantidade de definições para imaginação, o que faz com que a imaginação abarque uma grande gama de sentidos.

De acordo com Takaya (2004), dependendo da definição que se dá para o conceito imaginação, outros termos podem ser associados com ele. Quando se define a imaginação como a capacidade de formar imagens ou figuras mentais, pode-se associar a imaginação com o pensamento icônico. Quando se define a imaginação como uma forma de pensamento diferente do raciocínio linear, associa-se a imaginação com a intuição. Se a definirmos com ênfase na inovação ou em algo novo, o termo se associa com a criatividade e a originalidade. Muitas outras palavras também podem ser utilizadas com o termo imaginação, como por exemplo, o fingimento, que vê a imaginação como a capacidade de fingir que um objeto é outro ou que possui vida como no caso das crianças que imaginam que seus brinquedos têm vida.

A definição da imaginação como fingimento (*pretence*) é ressaltada pelo filósofo Gilbert Ryle (1949) que a define, basicamente, como uma capacidade de fingir, de agir como se acreditássemos que um objeto que percebemos como tal fosse outro. Uma menina imagina ver um sorriso na boca de sua boneca, apesar dela, de fato, não ver nenhum sorriso. Para Ryle, não existe nenhum traço real de vida em algo aparentemente vivo, existem apenas coisas e eventos, pessoas observando alguns desses eventos e outras que imaginam observar eventos que de fato não estão vendo.

Percebemos que dar ao termo imaginação uma única definição ou pontuar uma única característica que a defina seria uma tarefa difícil, se não impossível, já que o termo possui várias acepções e, por que não, várias funções. O que podemos fazer, como diz Takaya (2004), é observar determinadas características centrais da imaginação, uma vez que ela não é algo tão aleatório como sua tendência à fugacidade pode fazer crer.

1 – O estudo da formação das imagens mentais

1.1 A formação das imagens mentais na psicologia cognitiva

Esta primeira parte do trabalho tem como objetivo compreender as pesquisas sobre a formação de imagens mentais (*mental imagery*) sob a perspectiva da psicologia cognitiva. Percebemos que a primeira aceção do termo imaginação traz à tona a questão da formação das imagens mentais, por isso, para nós, faz-se necessário um entendimento de como as imagens mentais se formam na mente. Compreendemos que considerar a imaginação apenas como uma capacidade de se formar imagens mentais na ausência de estímulos perceptuais restringe a imaginação a um âmbito pequeno. Mas, consideramos importante a investigação experimental sobre o tema, bem como os questionamentos que estes procedimentos trazem. O estudo científico sobre a formação de imagens mentais nos mostra que a mente operaria, também, através de imagens e a importância que este fato tem para com o nosso modo de nos relacionar com a realidade.

Iniciamos esta parte do trabalho fazendo uma breve introdução sobre o estudo da formação de imagens mentais dentro do campo da psicologia cognitiva. Depois, abordamos algumas descobertas experimentais sobre o assunto, principalmente as que resultaram do estudo de Stephen Kosslyn e que contribuíram para sua teoria sobre as imagens mentais, denominada de pictorialista. Apontamos, também, as críticas feitas por Zenon Pylyshyn, que contribuíram para o debate sobre a formação das imagens mentais.

A imaginação se torna um objeto da ciência sob o nome de *mental imagery* (Brann 1991). O nome *imagery* implica no fato de se ter imagens mentais e não no modo peculiar de ser das imagens nem de suas qualidades individuais. O adjetivo *mental* significa que as imagens serão investigadas em termos de estruturas e processos da mente, que é vista como uma função cerebral.

(...) a captura da imaginação como uma pedaço observável da natureza começa planejando-se maneiras de extrair evidências mensuráveis das estruturas e processos imaginais. Isto se inicia, de fato, um pouco antes, com a formulação difícil e tortuosa de um critério para a existência das imagens mentais, ou melhor, para se ter a formação de imagens mentais. (Brann, 1991, p.211, tradução nossa)¹

Um renovado interesse pela formação de imagens pela mente foi um componente importante na denominada revolução cognitiva no campo da psicologia, que ocorreu durante os anos 60 até o início dos anos 70. Este período foi marcado pelo abalo da hegemonia behaviorista, corrente teórica de bastante sucesso na época, (que, de forma bem sumária, privilegiava apenas o comportamento observável como fonte de dados para o estudo psicológico) e também pela valorização do conceito de representação mental, que ficou sendo considerado como um ponto central e vital para a teoria psicológica (Thomas, 2003).

A psicologia cognitiva é o campo no qual os experimentos com a formação de imagens mentais (*mental imagery*) se realizam. De acordo com Brann (1991), a psicologia cognitiva tem como visão unificadora o termo cognição, que nesta disciplina significa considerar o ato de conhecer como um processamento de

¹ A citação original encontra-se no anexo.

informação. Para a abordagem cognitiva, informação seria tudo aquilo que pode ser representado. O processamento dessas informações significa qualquer transformação que ocorra com as representações, o que pode ocorrer pelos processos de elaboração ou redução, por armazenamento e recuperação dos dados. Estes estágios do processamento da informação são uma grande fonte de estudos para a psicologia cognitiva e, no caso dos experimentos com as imagens mentais, a mensuração dos tempos de reação terá uma grande importância, pois o fato dos processos mentais possuírem uma duração temporal passível de ser medida, sugere a ligação direta da mente com um suporte físico (cérebro).

Segundo Brann (1991), a psicologia cognitiva trata os processos mentais que estuda como sendo representacionais, mas de um modo particular, eles são computacionais, ou seja, são simbólicos e formais. Para a psicologia cognitiva, o termo simbólico significa que os processos estudados representam algo, nomeiam outras estruturas dentro do sistema. O termo formal significa que os processos operariam por leis e regras lógicas e sintáticas ou por transformações matemáticas.

A formação de imagens mentais seria uma experiência representacional. O seu próprio nome implica em cópia e correspondência. A imagem mental é entendida pela psicologia cognitiva como sendo uma representação, que é uma configuração espacial ou temporal de símbolos e é considerada como tendo relação com outro elemento. Por ser algo de natureza simbólica, uma imagem mental é, de certa forma, indefinida, pois sua definição advém através das descrições que a determinaram ou pelas descrições que são feitas dela por aquele que as interpreta. O grande problema que circunscreve o tema das imagens

mentais para a psicologia cognitiva é se as imagens mentais corresponderiam de modo determinante àquilo que elas imageiam e, se caso a resposta for afirmativa, como elas fariam isso. Qual é o tipo de representação que ocorre quando se faz uso de uma imagem mental. Deve-se salientar, também, que a psicologia cognitiva se preocupa mais com a formação de uma imagem mental de um objeto anteriormente percebido e não com imagens criadas pelo próprio indivíduo aleatoriamente.

De acordo com Brann (1991), a psicologia cognitiva aceita dois tipos de codificação das representações: uma é a pictórica ou imagística e a outra proposicional ou verbal. A codificação refere-se à maneira como a informação será transcrita para um determinado código. O código proposicional é tido como real, pois a linguagem parece representar, sem dúvida, um código mental correspondente, o que fica evidente do ponto de vista computacional com as linguagens artificiais dos computadores. O código imagístico possui menos evidências, como podemos ver através do pensamento de Brann:

Muitas pessoas têm o sentido incorrigível de ver semelhanças internas. Por mais que elas possam ser inacessíveis em termos de comportamento e formalmente inarticuláveis. Estas semelhanças não se apresentam como meras proporções, meras identidades de relação entre dois campos diferentes. Elas são sentidas como tendo similaridades espaciais, as quais preservam a amplitude essencial que é perdida em qualquer simbolização numérica ou verbal. (Brann p.222, 1991, tradução nossa)²

O código imagístico por ser menos evidente e de difícil verificação, o que acarreta dificuldades e críticas da corrente proposicionalista que estuda as

² A citação original encontra-se no anexo.

imagens mentais e que considera a experiência de se ter imagens mentais um epifenômeno que surgiria como fruto de uma codificação descritiva.

1.2 As descobertas experimentais

De acordo com Thomas (2003), o interesse pela formação de imagens mentais pelos pesquisadores experimentais da psicologia só começou a aumentar nos anos 60 por conta da descoberta de que as imagens mentais teriam um grande efeito mnemônico, o que levou o estudo da formação de imagens mentais (*mental imagery*) a se estabelecer como um campo de estudos importante dentro da teoria cognitiva.

No início dos anos 60, o psicólogo canadense Alan Paivio iniciou sua pesquisa sobre os efeitos mnemônicos da formação de imagens mentais (*mental imagery*), que o levou a propor a sua teoria dos dois códigos para a memória (*dual coding*). Para Mark Sadoski (1992), a principal afirmação da teoria dos dois códigos é que a cognição humana, em boa parte, consiste na atividade de dois sistemas representacionais que seriam independentes, mas parcialmente interconectados. Um dos sistemas seria especializado no uso de representações verbais (linguagem) e o outro seria especializado em lidar com imagens mentais e outras representações não verbais. Durante estas pesquisas, o termo representação significa o modo através do qual que nossas memórias passadas são preservadas e reapresentam as experiências armazenadas do passado para a consciência.

De acordo com Thomas (2003), os resultados da extensa pesquisa experimental realizada por Paivio poderiam ser resumidos, de forma bem sumária, em duas descobertas principais. A primeira delas foi a demonstração de que os sujeitos que seguem instruções explícitas para utilizar técnicas mnemônicas simples, baseadas na formação de imagens mentais para memorizar um material verbal (uma lista de palavras ou pares de palavras dispostas aleatoriamente), lembram-se muito melhor desse material do que sujeitos que não utilizaram estas técnicas.

A segunda contribuição de Paivio é ter demonstrado que a formação de imagens mentais desempenha um grande papel na memória verbal, mesmo quando não são dadas instruções explícitas para os testandos e mesmo quando eles não fazem nenhum esforço para isso. Para demonstrar isso, Paivio e seus colaboradores determinaram, inicialmente, valores imagéticos iniciais para cada elemento de uma longa lista de nomes que estariam relacionados, com a facilidade de se formar ou evocar uma imagem mental correspondente à palavra. Palavras como “gato”, por exemplo, teriam valores mais altos do que palavras mais abstratas como “verdade”. Uma vez que estes valores foram estabelecidos, Paivio e seus colaboradores foram capazes de demonstrar em vários experimentos que as palavras com maiores valores foram lembradas um maior número de vezes do que as que possuíam valores mais baixos, mesmo quando os sujeitos testados não faziam nenhum esforço consciente para formar imagens mentais relevantes.

As descobertas de Paivio foram cruciais para o estabelecimento do campo de estudo da formação de imagens mentais. A importância das imagens mentais

para a memória demonstra a funcionalidade destas, mas não esclarecem muito quanto a sua natureza e não elucidam os mecanismos cognitivos que as geram.

No início da década de 70, os experimentos realizados com a formação de imagens mentais procuraram distinguir a imagem mental de outras formas de representação. Roger Shepard (1986), um dos pesquisadores do fenômeno, iniciou suas pesquisas com a suposição de que um fenômeno que é universalmente relatado por humanos, e que é aparentemente presente nos animais, deveria possuir uma função adaptativa. Ele viu um modo de testar se a formação de imagens mentais envolveria uma estrutura de preservação dos modelos vistos no mundo e se, então, ela seria utilizada na solução prática de problemas.

A ideia de Shepard era a seguinte: as rotações são uma grande parte dos movimentos físicos na experiência humana, portanto, poderia ser possível utilizar suas contrapartes mentais, que seriam reveladas através do tempo de reação. Foram mostrados aos sujeitos que participavam da pesquisa, pares de desenhos em perspectiva de blocos com formato tridimensional, os quais eram formados pela união de dez cubos resultando em figuras com ângulos. Cada figura possuía um par equivalente, porém este par estava em uma posição diferente. Para que o observador pudesse observar as semelhanças teria que rotacionar mentalmente a figura para que esta pudesse ficar em uma posição coincidente com a da figura original.

Os testandos iniciavam o teste com um sinal para inspecionar os pares das figuras e deveriam pressionar “igual” ou “diferente” assim que descobrissem a similaridade ou a diferença entre os pares. Os tempos de reação obtidos durante

os experimentos revelaram que quanto maior o grau do ângulo de rotação, maior seria o tempo para se julgar corretamente a semelhança ou diferença entre as figuras. Sujeitos diferentes obtiveram médias diferentes de rotação, mas essas médias se mantiveram constantes. Os resultados desta pesquisa foram interpretados como demonstrando que, para a movimentação das figuras, um modelo de rotação mental, semelhante à percepção visual, foi utilizado pelos testandos para solucionar o problema de comparar as figuras.

De acordo com Brann (1991), as pesquisas de Shepard se concentram na eficiência cognitiva das imagens mentais e não se aprofundam muito nas características e propriedades das imagens mentais e de seus movimentos. Os experimentos realizados por Kosslyn tiveram como objetivo testar se as imagens mentais, que venham a surgir durante os testes, possuem realmente um caráter representativo, se elas são realmente imagens. A primeira questão que será abordada por Kosslyn será se as imagens mentais possuem realmente uma dimensão “espacial” ou uma extensão que, de alguma forma, poderia ser escaneada.

Nos experimentos realizados por Kosslyn (1983), os sujeitos que realizam seus testes não mantêm a figura que serve de estímulo diante de seus olhos; eles a memorizam previamente, para, então, realizar a rotação da imagem mental correspondente à figura. Também não lhes é pedido que movam a figura mentalmente, mas, sim, que escaneiem a figura mentalmente. Esta técnica é cuidadosamente planejada. Primeiro, para evitar a contaminação durante o processo de imageamento pela constância do estímulo perceptivo e, segundo, para haver um maior controle sobre aquele que realiza o movimento mentalmente.

Durante estes experimentos, era pedido aos testandos que memorizassem um mapa fictício de uma ilha em que sete elementos, tais como uma cabana, uma árvore e uma praia eram representados esquematicamente, cada um localizado a uma distância diferente do outro. Era pedido para que os testandos focassem sua atenção em um dos elementos localizados na ilha. Ao ouvir o nome de um segundo elemento, que estaria em outra localização, deveriam rapidamente localizá-lo e, logo em seguida, realizar o trajeto o mais rapidamente possível, para pressionar o botão quando finalmente “chegarem” ao objeto alvo. Os resultados obtidos pela pesquisa foi um aumento linear nos tempos de escaneamento com relação à distância da localização original, demonstrando que os sujeitos estavam fazendo algo semelhante ao escaneamento visual.

Em um experimento paralelo, também era pedido que os sujeitos apenas memorizassem uma série de objetos e checassem as destinações através de uma lista. Neste caso, os tempos de reação não variaram com a distância. Neste experimento não era pedido aos testandos que escaneassem o mapa, mas apenas que respondessem o mais rapidamente possível, sem necessariamente utilizar as imagens mentais. O resultado obtido foi que não houve uma função que conectasse os tempos de reação com as distâncias, concluindo-se que as imagens mentais são escaneáveis e, de algum modo, espaciais ou extensas.

Os pictorialistas consideram que este experimento apoia a ideia de que as imagens mentais podem ser escaneadas e a ideia de que as imagens mentais podem possuir partes das quais os sujeitos são inconscientes. Esta última ideia é sugerida pelo fato de que quando os sujeitos focaram em parte de suas imagens, eles não estavam conscientes de formarem uma imagem de outras partes (...). (Tye, M. 1984, p 682, tradução nossa)³

³A citação original encontra-se no anexo.

Outro tópico investigado foi o meio em que ocorrem as imagens mentais. A questão que se coloca é que, uma vez que as figuras podem ser vistas em meios como papel ou tela, seria correto supor que as imagens mentais, por serem parecidas com essas imagens, teriam também um meio análogo. Os experimentos de Kosslyn visam uma maneira de fazer com que, se existir um meio em que as imagens mentais apareçam, sejam reveladas suas características.

De acordo com Brann (1991), os experimentos de Kosslyn (1983) observam indiretamente certos fatores. Um deles é que as imagens possuem um limite de resolução. O olho humano é incapaz de discernir partes que são muito pequenas e as imagens, como um todo, possuem um limite de resolução em que alguns detalhes se tornam difíceis de ser delineados e observados. Nos experimentos de Kosslyn, este fator não é discriminado, mas o efeito total será atribuído ao meio mental. O objetivo dos experimentos é verificar se o efeito limite seria demonstrável.

Durante estes experimentos, é pedido aos testandos que imageiem um animal, como, por exemplo, um coelho. Eles devem imaginá-lo em seu tamanho original e “colocá-lo” perto da imagem mental de um elefante e, depois, perto de uma mosca. A suposição deste experimento é que quanto maior fosse o animal, sua imagem tomaria grande parte do espaço imagético deixando apenas uma pequena parte para a imagem do animal menor. A hipótese de uma granulação mental presume que pequenos elementos são mais difíceis de se “ver” e que levam mais tempo para serem imageados. E, com isso, os tempos de reação foram mais longos, para observar as características e responder as perguntas sobre animais comparativamente menores.

Para eliminar as possíveis dúvidas sobre suas suposições, Kosslyn realizou outro experimento para verificar se os resultados cronometrados poderiam possuir uma explicação não imagística. Este experimento investigava um contra argumento, a suposição de que os sujeitos poderiam estar se utilizando da capacidade de suas memórias de curto prazo para armazenar as características dos animais maiores. E para responder as perguntas referentes às características dos animais menores, supunha-se que poderiam estar utilizando sua memória de longo prazo, o que explicaria os tempos de reação maiores. Outra suposição era que poderia não ser o tamanho da imagem do animal que fosse o responsável pelas respostas mais rápidas, mas, sim, a “força associativa” de suas características.

Essas objeções foram testadas através de experimentos que priorizavam a força associativa dos animais e suas características, em vez do seu tamanho. Foi pedido aos sujeitos que verificassem se certas características específicas pertenciam a determinados animais. Sem imagear os animais, a força associativa das características tornou menores os tempos de resposta. Com instruções para se utilizar de imagens mentais, o tamanho da imagem foi o responsável pela maior velocidade das respostas e, neste caso, as características da granulação do meio vieram à tona.

Os suportes materiais possuem um tamanho e uma forma definida e, a partir destes experimentos, verificou-se que o “suporte” mental também não é ilimitado, uma vez que os animais maiores tomavam grande parte dele, deixando muito pouco para os menores. O tamanho desse meio, assim como o campo perceptual, é mensurado pelo ângulo visual que ele subtende. Kosslyn realizou um

experimento para determinar este ângulo e verificou que o meio é elíptico. Nestes experimentos, verificou-se que as imagens mentais eram pouco claras quando se encontravam nos limites do meio e, ao contrario da intuição inicial de Kosslyn, a área de maior atividade era pequena e circular.

Esse experimento para determinar o ângulo, descrito de forma sumária, consistia em pedir aos sujeitos que memorizassem um desenho de uma fila de animais de tamanhos diferentes. Os animais maiores eram desenhados, mas não havia uma proporção correta entre os desenhos. Depois, pedia-se aos sujeitos para fazer uma “caminhada mental” entre os animais e, em seguida, colocassem um tripé real diante de uma parede, para eles avaliarem onde o animal imageado se localizaria. O resultado foi que vários tamanhos e dimensões ficaram bem proporcionais aos tamanhos reais dos animais. O formato do meio mental foi mensurado através da “caminhada mental”, na qual os sujeitos deveriam imaginar o caminho uma vez na posição horizontal e depois na vertical. A imagem sempre retornava para a dimensão vertical, demonstrando assim que o meio mental é ligeiramente elíptico.

Esses experimentos demonstram que o meio mental imita o campo perceptual, pois este também é ligeiramente horizontal por causa da localização dos olhos, e que também subtende o mesmo ângulo visual, além de possuir a mesma área de acuidade. De acordo com Tye (1988), Kosslyn também faz a suposição de que este meio também é compartilhado pela percepção, como se observa nesta afirmação de Tye:

(...) As imagens mentais existem em um meio que funciona como um espaço; elas são figuras funcionais neste meio. Kosslyn hipotetiza que o meio da formação de imagens mentais é partilhado com a percepção. Na percepção verídica, qualquer unidade do meio, estando ativa, representa a presença de parte de um objeto em uma posição espacial particular dentro do campo de visão. Na formação de imagens mentais, a mesma unidade, estando ativa, representa exatamente a mesma coisa. Assim, partes imaginadas do objeto são representadas na imagem como tendo posições relativas ao campo de visão que elas não ocupam de fato, a saber, aquelas posições que eles teriam ocupado no campo de visão, tivessem as mesmas partes do objeto produzido as mesmas unidades ativas durante a visão normal. (Tye, M., 1988, p.508, tradução nossa)⁴

Uma outra questão que surge no estudo da formação das imagens mentais é como as imagens mentais seriam armazenadas quando não estão sendo experienciadas pelos sujeitos e como elas são “resgatadas” da memória de longo prazo, se elas viriam como um todo ou em partes.

Para investigar esta questão, Kosslyn e seus colaboradores pediram que os sujeitos primeiramente aprendessem a desenhar e depois imagear uma série de quadrados codificados por cores. Cada quadrado era seis vezes a área do próximo. Os experimentadores pediram aos sujeitos para imaginar diferentes animais preenchendo cada quadrado. De fato, eles deveriam imaginar cada animal preenchendo cada quadrado totalmente, de modo a evitar que as diferenças de complexidade das figuras viessem a afetar os tempos de reação. Os resultados foram claros: os animais maiores levaram um tempo maior para serem imageados, o que, provavelmente, significaria que as imagens mentais são resgatadas seção por seção e não de uma vez, como uma unidade, pois, de outro modo, o tamanho não afetaria os resultados.

⁴ A citação original encontra-se no anexo.

Outros experimentos demonstraram mais maneiras em que as imagens são geradas em seções. Os elementos podem ser descobertos sequencialmente pela memória, cobertos ou “colados” para compor um todo. As partes são adicionadas não com referência a qualquer sistema do meio, mas diretamente à imagem que está presente. Eles são dispostos de forma estética no espaço mental, levando em consideração o contexto em relação à figura. De acordo com Brann (1991), Shepard (1986) já havia demonstrado que os ângulos maiores para a rotação mental levam mais tempo para serem rotacionados. Podemos observar o mesmo pensamento em Tye (1984) no qual este observa o ponto de vista dos pictorialistas sobre as imagens mentais.

Na visão pictorialista, as imagens mentais são entidades neurais que possuem características que representam a extensão espacial e a separação angular. Além disso, a rotação da imagem é um processo neural que transforma a imagem pouco a pouco, de modo que elas representem os objetos em mudanças de ângulos graduais. A explicação pictorialista é, na verdade, algo assim: quando uma pessoa imagina uma figura F1 rotacionada de modo a sobrepor outra F2, ela tem uma imagem de F1 e uma de F2 que partilha uma característica K representando uma separação angular de F1 e F2. Ao se rotacionar a primeira imagem a uma velocidade fixa para sobrepor a outra imagem, sistematicamente K se modifica para representar a diminuição da separação angular de F1 e F2. Assim, o tempo T exigido para imaginar uma figura rotacionada para sobrepor outra aumenta linearmente com o aumento da separação angular das figuras porque, com grandes separações angulares, K deve passar por mais modificações enquanto as imagens são rotacionadas para se sobreporem, e T, recebendo uma velocidade de rotação fixa, aumenta linearmente com o aumento das mudanças em K. (Tye, M, 1984, p. 683, tradução nossa)⁵

De acordo com Kosslyn (1983), as transformações das imagens mentais são de duas classes: de campo geral e região limitada. A primeira significa que o

⁵ A citação original encontra-se no anexo.

produto total da formação de imagens mentais dentro do campo é alterado, e a segunda modifica apenas elementos localizados. Esta dualidade sugere que o “olho mental” e o espaço mental são, de alguma forma, observadores um do outro, pois tanto o meio mental como o olho mental podem se “mover”.

De acordo com Brann (1991), o motivo por detrás destas pesquisas não é uma coleta descritiva das características da formação das imagens mentais, mas, sim, embasar uma teoria global sobre o fenômeno. De acordo com Thomas (1999), Kosslyn delinea sua teoria a partir de uma analogia de gráficos de computador. Os dados, a partir dos quais as imagens podem ser construídas, são armazenados na memória de longo prazo na forma de “representações profundas” que não estão diretamente disponíveis para consciência. Estas representações são análogas a arquivos em que os dados são salvos pelos programas. Esta é a base real com que as imagens são construídas no monitor do computador. Kosslyn afirma que as quase-figuras ou “representações de superfície” são construídas com base na informação das representações profundas. Esta construção toma lugar em um local neural definido funcionalmente, denominado por Kosslyn de memória temporária visual (*visual buffer*). Uma vez que as quase-figuras são definidas, elas são disponibilizadas para a consciência como imagens e, mais ainda, a informação que era meramente implícita nas representações profundas pode ser extraída através da função postulada do “olho mental”. De acordo com Thomas (1999), não se deveria pensar nesta função como literalmente “ver” uma imagem, mas, sim, como algo necessário para interpretar aquilo que a superfície das memórias visuais temporárias exhibe.

1.3 O debate sobre as imagens mentais

Duas maneiras de se considerar a forma de representação da informação pela mente dão origem, também, ao debate (Tye 1984) sobre qual seria a natureza das imagens mentais. Por senso comum, sabe-se que as imagens mentais se apresentam sob a forma de figuras que seriam vistas através de um “olho mental”. Existe uma grande controvérsia sobre a experiência de se ter imagens mentais e o que elas revelam sobre como o cérebro armazena a informação.

Dois modos de representação foram propostos para as imagens mentais. Um que confere um status especial à imagem e outro que não a diferencia de outros tipos de representação. Essas duas alternativas são denominadas de representacionista e proposicionalista, que são formatos e códigos diferentes para as imagens mentais. Todo código é distinguido, em parte, por uma sintaxe específica (Kosslyn, 1995). A sintaxe é caracterizada por símbolos elementares ou “primitivos” e por um conjunto de regras para a combinação destes símbolos. Os símbolos, usualmente, pertencem a diferentes classes como, por exemplo, nomes, verbos, entre outros, e as regras de combinação são definidas em termos destas diferentes classes, o que permite que estes símbolos possam vir a ser generalizados em um número infinito de símbolos.

O formato é definido, em parte, pela semântica de um código (Kosslyn, 1995). A semântica é determinada por como o significado é “transportado” pelos símbolos e suas combinações. Kosslyn (1995) dá o exemplo do símbolo A, que pode ser interpretado como parte da linguagem, se lido como uma letra, ou como

uma configuração de pássaros em voo, se interpretado como uma figura. O mesmo símbolo é utilizado nos dois formatos, mas o que difere é como o significado emerge do modo como é interpretado. As regras semânticas determinam um significado a um símbolo específico e, algumas vezes, mais de um, se for o caso de um símbolo ambíguo.

Em contraste, o elemento de uma representação é uma informação específica transportada. O mesmo elemento pode ser transportado em diferentes formatos. Por exemplo, a informação em uma sentença que pode ser transportada ao ser dita em voz alta, na qual os símbolos serão compostos de ondas sonoras, ou sendo escrita, em que os símbolos serão as letras do alfabeto de um idioma.

O formato proposicional pode ser descrito sintaticamente como símbolos que pertencem a uma variedade de classes correspondendo a relações (ex.: na), entidades (ex.: bola, caixa), propriedades (ex.: vermelha, nova), e relações lógicas (se, não, algum). As regras das combinações simbólicas requerem que todas as representações proposicionais possuam ao menos uma relação (ex.: bola e caixa, não expressam nenhum tipo de relação direta). As relações específicas possuem certas exigências em relação ao número e tipos de símbolos que devem ser utilizados. Por exemplo, (na (caixa)) não é aceitável, porque “na” expressa a relação de um objeto com outro e, portanto, ao menos dois símbolos devem ser utilizados.

Com relação à semântica, o significado de símbolos individuais é dado arbitrariamente, o que requer a existência de um léxico (como é verdade para as palavras em línguas naturais, cujos significados devem ser procurados em um dicionário). A representação proposicional é definida de forma a evitar a

ambiguidade, diferente das palavras e das sentenças em linguagens naturais. Um símbolo proposicional diferente é utilizado para cada sentido, no caso de palavras ambíguas. Uma representação proposicional é abstrata, ou seja, ela pode se referir a entidades não figurativas, como no caso de sentimentos. Ela também pode se referir à classe de objetos, não apenas objetos individuais. E, por último, uma representação proposicional não está ligada diretamente a nenhuma modalidade específica.

De acordo com Kosslyn (1995), as representações descritivas diferem das representações proposicionais em quase todos os aspectos. Não existe nenhum símbolo explícito para a representação. As regras de combinação não são definidas por meio de classes e, além disso, são muito flexíveis, pois qualquer ponto pode ser colocado em qualquer lugar relacionado a qualquer outro ponto. A semântica não é arbitrariamente designada e as representações são inerentemente ambíguas, porque são interpretadas como “lembrando” um objeto. Figuras não são abstratas, uma vez que elas não podem se referir diretamente a conceitos não figurativos, apesar de poderem fazer isso de forma indireta, através de associações. Elas representam instâncias individuais e são visuais.

Sintaticamente, os símbolos das representações descritivas pertencem a duas classes: pontos e espaço vazio (Kosslyn, 1995). Os pontos podem ser ordenados bem próximos uns dos outros para produzir variações ou mais espaçadamente, como para se distinguir dos outros. As regras para a combinação dos símbolos requerem apenas que os pontos sejam colocados em uma relação espacial em relação aos outros.

Semanticamente, a associação entre a representação descritiva e o que ela representa não é arbitrária. As figuras “lembram” o objeto representado ou os objetos. Cada parte da representação deve corresponder a uma parte visível do objeto e as distâncias entre as partes do objeto representado devem corresponder às distâncias entre as partes do objeto real, o que, para Kosslyn, se encaixa em seu modelo computacional, como pode ser observado neste trecho deste autor:

(...) assim, um padrão em série em um computador pode ser uma apresentação pictórica porque os pontos podem corresponder aos pontos na superfície de um objeto com as distâncias correspondentes no objeto sendo preservadas pelo número de células (cheias ou vazias) entre os pontos na série. Similarmente, não há a necessidade de uma figura real no cérebro para poder existir uma representação: tudo que é necessário é um espaço funcional em que a distância possa ser definida face a face com a interpretação da informação. Entretanto, embora um espaço funcional seja requerido para que exista uma figura, tais representações podem ocorrer em regiões do cérebro que são fisicamente – assim como funcionalmente – espaciais. (Kosslyn, 1995, p. 282, tradução nossa)⁶

O debate sobre as imagens mentais passou por três fases e está vivenciando, atualmente, a sua quarta fase (Kosslyn, 2006). A primeira fase do debate se iniciou em 1973, com a publicação de um artigo de Pylyshyn, em que ele argumentava que a própria ideia da formação de imagens mentais (mental imagery) era paradoxal ou confusa, uma vez que não se podia provar que as imagens mentais eram semelhantes às figuras. O seu argumento era de que as representações figurativas (*depictive representations*) não ocorrem no cérebro quando se experiencia uma imagem mental. Ao invés disso, representações proposicionais são utilizadas em todas as formas de cognição, incluindo a

⁶ A citação original encontra-se no anexo.

formação de imagens mentais. As características figurativas das imagens mentais eram consideradas como epifenomenais, ou seja, essas características não estavam relacionadas diretamente com a representação que estava em andamento.

Nesta primeira fase do debate, Pylyshyn introduziu um argumento baseado no conceito de penetrabilidade cognitiva (*cognitive penetrability*). De acordo com este conceito, os processos cognitivos são considerados cognitivamente penetráveis, quando podem ser afetados pelas crenças e objetivos do sujeito, e são considerados cognitivamente impenetráveis, caso não possam ser afetados. Pylyshyn argumenta que existem boas razões para se acreditar que o processamento visual, que é o processo pelo qual os *inputs* visuais dão origem às crenças sobre aquilo que está em nosso entorno, seria *impenetrável*, o que inviabilizaria o fato de as imagens mentais serem uma forma de representação.

De acordo com Thomas (2003), se o processamento visual fosse um fenômeno cognitivo impenetrável, então a formação de imagens mentais também seria, o que, de acordo com o pesquisador, não é algo que ocorra realmente. Para Thomas (2003), o modo como experienciamos a formação de imagens mentais é claramente afetado por nossas crenças e objetivos. Não apenas temos um grande grau de controle voluntário sobre os elementos de nosso processo imagético, mas, também, como foi experimentalmente demonstrado, as crenças não visuais podem influenciar o curso do processo de formação de imagens mentais. Ele dá como exemplo os tempos para “escanear mentalmente” diferentes pontos na imagem mental de um mapa, que são afetados não apenas pela distância entre os pontos do mapa, mas, também, pela informação que é dada verbalmente sobre

estas distâncias. Os sujeitos tendem a demorar mais para “escanear mentalmente” uma distância representando 80 quilômetros do que uma distância representativa de 20 quilômetros, mesmo que a distância real representada no mapa seja a mesma.

A segunda fase do debate acontece exatamente oito anos após as primeiras críticas de Pylyshyn (Kosslyn, 1995). Nesta fase, o argumento proposicionalista é de que a maioria, ou se não todas as evidências experimentais que, supostamente, demonstram que as imagens mentais possuem propriedades espaciais, pode ser explicada como sendo resultado da interação do conhecimento tácito do sujeito experimental sobre as propriedades da experiência visual e das instruções experimentais. Ele argumenta que, se o experimentador pede para os sujeitos escanearem um mapa mentalmente de um ponto para outro e, também, a trajetória entre esses pontos, o conhecimento da experiência visual do sujeito, de que existe um certo tempo para escanear entre os pontos, se refletirá em seu desempenho. Assim, o fato de que pessoas instruídas para “escanear” suas imagens mentais demoram mais para “escanear” longas distâncias, não é uma evidência de alguma imagem espacial mental, mas, sim, o reflexo do conhecimento tácito das propriedades visuais do espaço real em que estes sujeitos vivem.

De acordo com Thomas (2003), o que tornou as críticas de Pylyshyn particularmente efetivas foi o fato de ele ter começado a propor uma abordagem alternativa e não pictorial sobre a natureza das imagens mentais. Ao invés de serem como representações pictóricas de uma cena visual, as imagens seriam um tipo de descrição proposicional da cena.

A teoria proposicional defendida por Pylyshyn (2002) tem este nome porque as estruturas dos dados, que formam as imagens mentais e os perceptos, são consideradas como proposições descritivas das cenas percebidas como relevantes. Quando estas estruturas são o produto final do processo perceptivo, há a percepção, e quando elas são construídas através da invenção ou lembradas através da memória, há a experiência de formação de imagens mentais (*imagery*). O ponto de vista proposicionalista considera que as representações envolvidas no processo de criação de imagens mentais são perceptuais, mas ele não considera que não exista nada especificamente perceptual em seu formato. Seu formato não difere dos de outras representações que existem em outros processos cognitivos. Esse ponto de vista do autor (2002) é denominado por ele de “Null Hypothesis” (Hipótese nula).

De acordo com Kosslyn (1995) e Farah (1988), a segunda fase do debate se encerrou com uma falha. A maioria dos pesquisadores achou os argumentos referentes às dúvidas metodológicas desinteressantes e que estes argumentos, de fato, não traziam uma solução para o debate.

A terceira fase do debate se inicia com a introdução da neuropsicologia nas pesquisas sobre a formação de imagens mentais. As descobertas da neuropsicologia são extremamente relevantes para esse campo de estudos, pois elas fornecem dados sobre a ligação entre a formação de imagens mentais e a percepção, através de evidências provando existirem mecanismos perceptuais presentes durante a formação de imagens mentais visuais.

De acordo com Farah (1988), as descobertas da neuropsicologia relevantes para o estudo das imagens mentais podem ser divididas em duas categorias: as

que implicam no uso de áreas visuais do cérebro durante o processo de formação de imagens mentais visuais e aquelas que implicam em mecanismos funcionais que são divididos pela percepção e o mecanismo de formação de imagens mentais.

As primeiras sugestões de que a formação de imagens mentais envolveria o uso das áreas visuais do cérebro, surgiu do relato sobre pacientes corticalmente cegos (Farah, 1988). A cegueira cortical é a perda da visão através da destruição do córtex occipital. Muitos destes pacientes se mostraram inábeis para utilizar imagens mentais, apesar de terem outras habilidades cognitivas preservadas.

Fortes evidências sugerem que partes do córtex visual participam na formação de imagens mentais (Farah, 1988). Estas evidências surgem de pesquisas que mensuram o fluxo sanguíneo de determinadas áreas cerebrais e que utilizam técnicas eletrofisiológicas para mensurar e localizar a atividade cerebral em sujeitos normais. A mensuração do fluxo sanguíneo nas regiões cerebrais é um método espacialmente preciso para a mensuração da atividade cerebral regional em sujeitos normais. O aumento do fluxo sanguíneo em uma determinada área indica, como consequência, o aumento da atividade cerebral naquela área.

Um experimento realizado por Roland e Friberg (1985) examinou o fluxo sanguíneo cerebral nas regiões cerebrais enquanto os sujeitos descansavam e, também, quando realizavam três tarefas que consistiam no uso da aritmética (subtrair 3 sequencialmente, a partir de 50), escaneamento da memória de um estímulo auditivo (pular mentalmente uma palavra sim outra não de uma música conhecida) e formação de imagens mentais (visualizar uma caminhada na vizinhança, dando voltas alternando os lados direito e esquerdo, iniciando a tarefa

partindo da porta de casa). Em cada um dos onze sujeitos testados, o padrão do fluxo sanguíneo na tarefa de formação de imagens mentais demonstrou uma grande ativação das regiões posteriores do cérebro, comparando com os resultados do estado de repouso e durante a realização das outras duas tarefas, e incluiu, também, o lóbulo occipital (o córtex visual), as regiões parietal posterior superior e a área temporal posterior inferior, que são áreas importantes no processamento visual. Os resultados de Roland e Friberg (1985) demonstraram o envolvimento visual cortical em tarefas complexas de formação de imagens mentais, que incluem visualizar cenas de memória e transformá-las.

Outra pesquisa interessante realizada por Goldenberg, Podreka, Steiner e Willmes é descrita por Farah (1988). Essa pesquisa consistia em uma lista de nomes que era lida pelo experimentador (estímulo auditivo) para dois grupos. Era pedido para um dos grupos apenas ouvir e decorar as palavras. Já para o segundo grupo era pedido que tentassem visualizar alguma referência para as palavras como forma de uma estratégia mnemônica. Os sujeitos que utilizaram as imagens mentais se recordaram mais dos objetos da lista de palavras do que aqueles que apenas tentaram decorar as palavras. Também foi verificado um aumento no fluxo sanguíneo nas áreas occipital e temporal posteriores nos sujeitos que utilizaram as imagens mentais. Estes experimentos, de acordo com Farah (1988), demonstram uma relação entre a formação de imagens mentais e as áreas visuais cerebrais.

Outras evidências sugerem que o córtex visual participa da formação de imagens mentais visuais vêm dos experimentos nos quais se utiliza a técnica dos potenciais relacionados a eventos (ERP) e do eletroencefalograma (EEG), para

medir apenas a atividade cerebral elétrica que é sincronizada com o processamento de um estímulo. Durante os experimentos nos quais foram utilizadas estas técnicas, a atividade cerebral foi localizada na região occipital. A partir dos resultados destas pesquisas, observou-se a imagem mental como sendo uma representação visual (Farah, 1985).

Outros paralelos entre a formação de imagens mentais e a percepção podem ser encontrados através da análise de pacientes que sofreram danos cerebrais. Para isso, as pesquisas foram realizadas para observar se a destruição das áreas visuais no cérebro afeta a formação de imagens mentais visuais como afeta a percepção visual. Impedimentos paralelos na percepção e na formação de imagens mentais, depois de dano cerebral, sugerem que existem áreas visuais no cérebro que têm um papel funcional na formação de imagens mentais.

A existência de altos déficits seletivos em capacidades visuais contribuíram para o nosso entendimento da arquitetura funcional da percepção visual, pela demonstração de quais capacidades são independentes de quais outras. Se a formação de imagens mentais visuais usa o mesmo maquinário representacional como a percepção visual, então pode se esperar déficits perceptuais seletivos nas habilidades de formação de imagens mentais de pacientes com déficits perceptuais paralelos. De fato, para todos os tipos de déficits visuais seletivos relacionados com lesões corticais, em que a formação de imagens mentais foi examinada, foram observados déficits paralelos na formação de imagens mentais. (Farah, Martah, J., p 312, 1988, tradução nossa)⁷

De acordo com Farah (1985), nos estágios iniciais do processamento cortical, as cores são representadas separadamente de outros estímulos visuais e a existência de dano nas áreas corticais visuais pode resultar em deficiências visuais isoladas em relação à percepção das cores. De acordo com a

⁷ A citação original encontra-se no anexo.

pesquisadora, percebeu-se, através de vários estudos de casos, que os pacientes que adquiriram uma cegueira cerebral em relação às cores, também apresentavam uma perda parcial ou total da presença das cores quando imaginavam algo. Estes pacientes também não conseguiam dizer as cores de determinados objetos utilizando suas memórias. Essa associação entre a percepção das cores e das cores nas imagens mentais significaria que essas duas habilidades dependeriam do mesmo substrato neural para a representação das cores.

Farah (1985) também examina casos de pacientes com danos nas regiões parieto-occipitais que, usualmente, possuem dificuldade de saber onde os objetos se encontram dentro do seu campo visual, sem apresentar nenhuma dificuldade em identificar o que estes objetos são. A dificuldade em localizar o estímulo visual no espaço é apenas relacionada à percepção visual, uma vez que estes pacientes são capazes de se orientar através do tato ou da audição. Estes pacientes são capazes de identificar, por exemplo, um selo postal no seu campo visual, mas são incapazes de identificar a posição dele, nem verbalmente e nem apontando para o selo.

Outros pacientes com dano nas áreas temporo-occipitais bilaterais podem apresentar um padrão contrário aos pacientes com lesões na área parieto-occipital. Eles não possuem dificuldade em localizar um objeto dentro de seus campos visuais, mas não conseguem identificar os objetos localizados através da modalidade visual, uma vez que eles são hábeis em reconhecer os objetos através do tato e de sons característicos. Esta dissociação é uma evidência de

que o sistema visual trabalha os dados sobre os objetos e os dados referentes às suas localizações de forma separada.

Farah, Wrach e Levine (1985) estudaram as habilidades de formação de imagens mentais em dois pacientes: um com a capacidade de localizar visualmente os estímulos visuais impedida, após dano nas áreas parieto-occipitais bilaterais; o outro, com a capacidade de identificação dos objetos impedida, após dano nas áreas temporo-occipitais bilaterais. Os pesquisadores observaram que os aspectos da percepção visual que estavam preservados e aqueles que tinham dano eram similares, de forma paralela, durante o processo de formação de imagens mentais. O paciente com dificuldades na identificação dos objetos era incapaz de desenhar ou descrever a aparência de objetos familiares, animais e rostos, através do uso de sua memória, apesar de ser capaz de desenhar e descrever, com grande riqueza de detalhes, a localização das cidades e estados de um mapa, a localização da mobília de sua casa e os monumentos de sua cidade. Já o paciente com dificuldades de localização era incapaz de descrever as localizações relativas dos monumentos de sua vizinhança, cidades de seu país ou de localizar a mobília em seu quarto de hospital. Mas ele era capaz de dar descrições detalhadas sobre a aparência de uma grande variedade de animais, objetos e rostos. De acordo com a revisão de casos semelhantes, os pesquisadores perceberam que quando a capacidade de formação de imagens mentais desses pacientes era testada, ela demonstrava deficiências paralelas àquelas encontradas na percepção visual.

De acordo com Kosslyn (1995), as pesquisas neuro-cognitivas contribuíram muito para o desenvolvimento do estudo sobre as imagens mentais e, também,

para fornecer dados para embasar o debate sobre as mesmas. De acordo com o pesquisador, vários fatos derivaram destes estudos. O primeiro deles é o conhecimento de que algumas áreas visuais do cérebro são topograficamente organizadas. Estas regiões do córtex preservam uma estrutura espacial semelhante à da retina e padrões de estimulação da retina são representados em certas regiões corticais. O segundo foi a descoberta de que as conexões entre as áreas visuais não enviam informações apenas no sentido de cima para baixo, mas, sim, nas duas direções. O terceiro é que as áreas do cérebro que armazenam as memórias visuais não são organizadas topograficamente.

Para Kosslyn, estes fatos são consistentes com a noção de que as memórias visuais são armazenadas em um formato abstrato (proposicional) e que as imagens são formadas para tornar acessíveis as informações sobre a geometria de um formato. Uma imagem é formada, presumivelmente, utilizando as conexões que advém das áreas envolvidas na memória visual e das áreas que são topograficamente organizadas. A imagem tornaria acessível as informações espaciais e visuais que eram apenas implícitas na representação da memória de longo prazo. Se, de fato, o processo ocorrer desta forma, as imagens mentais seriam figurativas, elas seriam padrões em um espaço físico e funcional. De acordo com Kosslyn, não seria necessário que houvesse alguém “olhando” para as figuras que surgiriam na mente. Assim como na visão, as conexões neurais com outras áreas serviriam para passar a informação para um processamento adicional e, eventualmente, conduzir o acesso das informações armazenadas relevantes.

Para testar a hipótese de que as imagens mentais contam com o córtex visual organizado topograficamente, Kosslyn e outros (1993) conduziram estudos utilizando a técnica tomográfica com emissão de pósitrons (PET). Esta técnica permite que os pesquisadores identifiquem qual área do cérebro é mais ativa durante um teste. Kosslyn e seus colaboradores perceberam que as partes do cérebro que estão topograficamente organizadas nos seres humanos são ativadas durante a formação de imagens mentais, mesmo quando os sujeitos estão com os olhos fechados. Em um estudo, foi pedido aos sujeitos que visualizassem letras em um tamanho pequeno ou em um tamanho grande. Comparando a ativação cerebral quando as imagens eram formadas nos dois tamanhos, percebeu-se que não apenas as áreas visuais eram ativadas, mas, também, a localização precisa da ativação dependeu do tamanho da imagem. Nos humanos, a fóvea projeta um *input* na porção posterior de várias áreas visuais no lóbulo occipital. As partes mais afastadas da fóvea (registram o estímulo que subtende ângulos visuais maiores) projetam um *input* nas regiões mais anteriores destas áreas visuais. A formação de imagens mentais possui o mesmo efeito. As imagens mentais das letras menores pareceram subtender ângulos muito pequenos e ativaram a parte mais posterior do córtex visual, mais do que as imagens das letras maiores, que ativaram a porção mais anterior do córtex visual. Estas regiões são aquelas que são ativadas durante os experimentos realizados sobre a estimulação visual, como se pode observar através deste pensamento de Kosslyn:

Estes dados neuropsicológicos são importantes não apenas por si mesmos, mas em sua combinação com os dados comportamentais sumarizados anteriormente. Nós não apenas possuímos evidências

comportamentais de que a distância é uma parte intrínseca das representações imagéticas, mas nós também temos evidências neurológicas demonstrando que partes do cérebro organizadas topograficamente desempenham um papel chave na formação de imagens mentais. Estas áreas são organizadas para representar a geometria da forma de um objeto, e elas não estão envolvidas na linguagem ou em outros tipos de processamento de informação. Estas áreas são apropriadas para suportar representações figurativas e carecem de características apropriadas para suportar representações linguísticas. Assim, a evidência é muito forte de que as representações figurativas são o suporte das imagens mentais visuais. (Kosslyn, 1995, p, 292, tradução nossa)⁸

Atualmente, o debate sobre a formação das imagens mentais passa pela quarta fase, abordando questões relativas à relação entre os fenômenos mentais e seus substratos neurais correspondentes. Apesar das críticas de Pylyshyn (2003) de que os dados neuro-científicos não podem contribuir para a solução do debate, Kosslyn (2006) e outros pesquisadores argumentam que o debate avançou bastante depois que esses dados foram introduzidos.

Para Kosslyn (1995), o debate sobre as imagens mentais foi de extrema importância para a fundação conceitual de uma teoria sobre a formação das imagens mentais. Para ele, um dos resultados do debate foi a conclusão de que as imagens mentais não se baseiam apenas nas representações figurativas (*depictive representations*). Apesar de estas representações estarem presentes na experiência de “ver com os olhos da mente”, outros tipos de representação também são importantes, pois as imagens devem existir “sob uma descrição”, tanto na percepção quanto na formação de imagens mentais. A imagem deve ser interpretada em algum ponto e este processo interpretativo deve remover a ambiguidade inerente às representações figurativas. Para o pesquisador, é claro

⁸ A citação original encontra-se no anexo.

que as representações figurativas são um componente do grupo das representações e eventos, os quais fundamentam a formação de imagens mentais, mas não são o seu único componente.

Thomas (1999) argumenta que as teorias sobre a formação de imagens mentais não podem acomodar as mais diversas funções atribuídas à imaginação, mas consideramos importante, durante este trabalho, observar como o conceito de imagem mental se desenvolveu por meio de pesquisas empíricas que revelam características não tão evidentes através de uma análise puramente fenomenológica do tema. O estudo das imagens mentais é importante para uma compreensão científica da imaginação. Kosslyn (1990) afirma que mesmo que a capacidade de formação de imagens mentais fosse originada filogeneticamente, como uma forma “parasitária” das habilidades perceptuais, ela se tornaria funcionalmente autônoma. A formação de imagens mentais parece ser mais utilizada para auxiliar no entendimento de descrições, ficando a solução de problemas em segundo plano. E, em grande parte, a formação de imagens mentais seria utilizada como uma forma de entretenimento mental. As pesquisas sobre a imagem mental auxiliam, também, na definição do conceito de imagem mental e de suas propriedades, como tamanho, forma, movimento, elementos não são acessíveis à introspecção.

Percebemos que as teorias científicas da produção de imagens mentais, apesar de suas divergências quanto ao formato dessas imagens, deixam transparecer que estas seriam interpretações da realidade percebida pelos sentidos e, também, uma forma peculiar de se relacionar com estes dados, o que proporcionaria uma percepção diferenciada da realidade objetiva. Isto pode ser

observado quando se faz uso de certas imagens para ilustrar determinados conceitos ou, também, de uma forma não adaptativa, quando objetos fóbicos imaginários causam dificuldades perceptuais.

Um último aspecto, concernente às pesquisas sobre as imagens mentais, que gostaríamos de salientar, é a importância dessas pesquisas para o entendimento da criatividade visual. De acordo com Ronald Finke (1996), os estudos neurológicos e empíricos sobre a criação de imagens revelaram as propriedades espaciais e transformacionais das imagens e ajudaram, também, a estabelecer que estas são funcionalmente distintas de outras formas de representação mental. Estes dados forneceram a base para as recentes pesquisas sobre a relação entre a criação de imagens mentais e a criatividade visual. Estes estudos demonstraram que as pessoas podem sintetizar novas combinações de objetos e de suas partes componentes, o que, muitas vezes, resulta em *insights* criativos. Estas descobertas também forneceram suporte empírico para muitos estudos de caso sobre o suposto papel desempenhado pela criação de imagens durante o processo criativo.

2 - Experiência e representação na construção do significado

O objetivo da segunda parte do trabalho é analisar, primeiramente, a relação da percepção e da imaginação, observando como estes dois conceitos se relacionam de forma conjunta na construção do significado e da nossa experiência de realidade. Como nos diz Warnock (1993), empregamos a imaginação em nossa percepção do mundo. A imaginação seria o “fio” que conectaria nossa experiência perceptual comum e nossas interpretações mais abstratas, que, de acordo com a filósofa, só pode ocorrer por meio do conceito da imaginação como “aquela que cria imagens mentais”. Esta parte do trabalho também aborda a consciência, que consideramos como o conceito capaz de unir em si a percepção e a imaginação, fornecendo-nos uma noção de realidade mais ampla.

2.1 A relação da percepção com a imaginação

O relacionamento entre percepção e a imaginação foi interpretado pela filosofia ocidental em uma grande variedade de formas (Brann (1991), Casey (1979), Kearney (1988)). Os dois atos foram considerados como modos alternativos, contrários, conjugados, como expressões diferentes uma da outra ou como atos semelhantes, mas independentes. Casey (1979) explica as diferentes interpretações através de fatores muito significantes.

Casey (1979) diz que a própria escolha das palavras utilizadas para designar a experiência perceptual exibe uma ambiguidade, pois, assim como *aisthesis* na Grécia antiga era utilizada para designar desde sensação no sentido

fisiológico até os gráficos usados para ilustrar conceitos matemáticos, a palavra percepção, na filosofia ocidental, foi utilizada tanto para dados sensórios como para as ideias.

Devemos observar aqui, através da história da filosofia, uma tese dual que tem sido especialmente proeminente: as percepções entendidas tanto como o ponto crítico em que o mundo externo primeiramente atinge o perceptor (através do compartilhamento dos dados sensórios) quanto como o modo em que os dados sensórios são assimilados pelo perceptor para se tornar a base de atividades cognitivas subsequentes. Em outras palavras, ela é ao mesmo tempo a condição e a fonte da cognição e o estágio primário (ou estágios, uma vez que podem ocorrer vários passos) da cognição. Dessa maneira, não é surpreendente que o que é denominado de “percepção” adquiriu tal amplitude de significado e que isto se tornou um termo essencialmente ambíguo de nosso discurso cotidiano. (Casey, 1979, p.128, tradução nossa)⁹

Essa noção da percepção como o ato de pensar que pode ser observada no pensamento de Casey (1979), também pode ser observada nas teorias de Locke, Berkeley e Hume (Warnock, 1993), segundo as quais não haveria uma diferença entre perceber e pensar, pois a consciência estaria unida quando nos referimos a ela como “ter ideias”. Hume introduz, segundo a autora, uma distinção entre aquilo de que temos consciência na percepção e aquilo de que temos consciência no pensamento, denominando “impressões” as primeiras e “ideias” as segundas. Essas duas definições do modo de perceber seriam apenas em termos de intensidade. Warnock (1993) nota que Hume define as ideias como imagens e considera que a imaginação desempenha um papel decisivo no pensamento, pois nos forneceria ideias para pensar e, ao reproduzir as impressões, a imaginação nos possibilitaria pensar em algo em sua ausência.

⁹ A citação original encontra-se no anexo.

Para Casey (1979), esta ambiguidade que podemos observar do termo percepção seria a causa da tendência de se incluir, de forma genérica, outros atos mentais dentro do termo percepção. Generalizar os atos mentais sob um mesmo termo seria a explicação para o obscurantismo da relação da percepção com a imaginação. No geral, existiria uma tendência para se considerar a imaginação meramente como um modo da percepção.

Outro fator que dificultaria o entendimento da relação entre a percepção e a imaginação seria o fato de a imaginação ser um ato extremamente fugaz. Esta fugacidade significa que imaginar é algo difícil de se descrever por seus próprios termos. Sendo assim, o seu relacionamento com outros atos mentais e, especialmente, com a percepção, seria difícil de detalhar de modo exato. A efemeridade da imaginação dificulta uma observação precisa e é resistente à análise. O resultado disto é uma tendência à negação da imaginação ou a tendência a considerá-la como um ato que é apenas uma transição, que serve como ligação para outros atos mentais, como no caso da percepção, e que não possui um status próprio. Não estamos, com isso, negando o fato de a imaginação ser dependente da percepção, a qual serve como condição para a ocorrência da imaginação.

2.2 Continuidades entre a imaginação e a percepção

Através da tendência recorrente de considerar a imaginação como uma faculdade mental ou processo cognitivo meramente intermediário, existe uma grande diversidade nas abordagens teóricas sobre o relacionamento entre a

imaginação e a percepção. Uma análise dessas abordagens revela duas correntes distintas de análise: uma em que a imaginação e a percepção são vistas como inerentemente descontínuas, e a outra que as considera como basicamente contínuas. Alguns filósofos como Kant adotam uma postura intermediária (Casey, Kearney, Brann).

Com respeito ao conteúdo da imaginação, algumas teorias afirmam que esta pode se sobrepor ou coincidir com a percepção. Casey (1979) argumenta que pode existir uma similaridade genuína de um conteúdo específico e, também, que podem existir “tipos” genéricos de continuidades entre a percepção e a imaginação, os quais podem conduzir a uma separação da percepção e da imagem. Além disso, existe a possibilidade de uma pessoa utilizar sua imaginação para suplementar e “aumentar” a percepção continuamente, como quando se “visualiza” o lado não visível dos objetos. Particularmente durante a experiência estética, aquele que imagina prolonga a percepção continuamente através da experiência. Para O’Connor e Aardema (2005), a experiência do “ver como” (*seeing as*) é um tipo de continuidade entre aquilo que é percebido e aquilo que é imaginado.

Outro autor que analisa a questão da percepção envolver a imaginação é Strawson (1974). Para este autor, a imaginação é um ingrediente da própria percepção. A percepção de um objeto como um objeto de um determinado tipo seria repleta de metáforas que surgiriam pelo processo imaginativo. Para Strawson, perceber um objeto particular como sendo idêntico ao mesmo objeto cinco segundos depois da percepção, requereria o uso da imaginação, assim

como perceber um objeto como X (pertencendo a um certo tipo) também requer imaginação.

Nanay (2009) não endossa a afirmação de que a imaginação estaria envolvida em todos os casos da percepção, e sim que nós utilizaríamos a imaginação na percepção não-modal, ou seja, a imaginação não seria necessária para a percepção em si, mas que o exercício da formação de imagens mentais seria necessário para a representação das partes dos objetos percebidos que não se encontram visíveis.

Para Nanay (2009), nós percebemos um objeto de maneira não-modal quando não recebemos nenhum estímulo vindo da parte do objeto que está oculta. Sendo assim, nós perceberíamos o objeto de forma total, representando as partes ocultas do objeto por meio da formação de uma imagem mental desta parte oculta. Para a autora, nós devemos diferenciar os tipos de formação de imagens mentais, pois ver uma maçã com os “olhos da mente” é diferente de se imaginar a maçã em sua cozinha. O primeiro caso é uma experiência quase-perceptual, enquanto a segunda é uma atitude proposicional.

Outra observação importante de Nanay é que poderíamos pensar que nós visualizamos as partes ocultas dos objetos o tempo todo, o que pode não parecer plausível, uma vez que podemos olhar para os objetos e ter a sensação de que não estamos visualizando suas partes ocultas. Para a autora, nós não visualizamos as partes ocultas dos objetos, mas sim as representamos por meio da formação de imagens mentais. A formação de imagens mentais não implica em visualização. Para Nanay, a visualização de um objeto é ativa, nós prestamos atenção nas características desse objeto, embora isto não ocorra sempre.

Podemos formar uma imagem mental de nossa casa podendo não estar atentos aos detalhes, mas, se focarmos nossa atenção em um determinado detalhe, podemos visualizá-lo.

2.3 Descontinuidades entre a imaginação e a percepção

As descontinuidades entre a percepção e a imaginação são mais distintivas. Casey (1979) nos diz que a performance de um ato pode vir a excluir a performance do outro. Não podemos imaginar e perceber a mesma coisa do mesmo modo. Thomas (2010) diz que a formação de imagens mentais possui algum “poder” em fazer falhar nossa percepção das coisas que estão diante de nós. Percebemos, com isso, que parece inegável o fato de que não se pode imaginar exatamente aquilo que se percebe enquanto se está no processo de perceber. Por outro lado, pode-se imaginar e perceber coisas diferentes ao mesmo tempo, ou, até, a mesma coisa só que “vista” de forma diferente. Usualmente, quando imaginamos ao mesmo tempo em que percebemos, tendemos a imaginar objetos que se diferenciam em tipos. Desta maneira, não há uma competição entre os objetos, o que permite que eles coexistam na consciência sem interferência mútua. O'Connor e Aardema (2005) dizem que a imaginação seria responsável pela não-realidade, por aquilo que está ausente no momento presente e que este fator nos auxiliaria adaptativamente na preparação para nossa ação ou modificação do ambiente.

De acordo com Brann (1991), as verdadeiras descontinuidades entre a percepção e a imaginação na análise fenomenológica feita por Casey são: o modo

como a consciência aborda os objetos imaginados, o que ocorre de modo flexível, discreto e desimpedido, uma vez que os próprios objetos imaginados surgem e podem retratar de forma repentina alguns objetos perceptuais. Já no caso dos objetos perceptuais, estes devem ser abordados pela consciência dentro da percepção das relações espaciais dadas no aqui e agora.

Outra descontinuidade entre a percepção e a imaginação é o fato dos objetos imaginados não possuírem nem um horizonte interno e nem externo, da maneira que os objetos percebidos possuem. O horizonte externo é o contexto em que o objeto da atenção é posicionado, é o campo perceptual total em que o objeto se localiza e outras coisas que estão no próprio objeto e em torno dele. O horizonte externo engloba esse campo, que é uma extensão espacial em que objetos específicos, eventos, estados emocionais se localizam. Este campo perceptual subentende todos os itens discriminados, providenciando para estes um espaço contínuo e estável.

Para que possamos transformar a informação advinda dos órgãos dos sentidos em percepções significativas, a mente deve ser capaz de diferenciar os objetos como distintos de seu ambiente e percebê-los como formas constantes e definidas, além de ser também capaz de discernir sua distância e movimento. A noção de horizonte externo parece englobar os princípios da organização perceptiva estudados pela psicologia da Gestalt (Shultz & Shultz, 1992), que organizam o ato perceptivo, mas que não dependem dos nossos processos mentais superiores e nem de nossas experiências passadas. E, também, a noção de campo perceptual, que no caso oferece um contexto em que estes objetos são

percebidos enquanto uma unidade, no sentido de uma paisagem, por exemplo, em que cada elemento singular é percebido em um todo significativo.

Nenhum campo perceptual fortalece e mantém a imagem e os objetos imageados que não possuem relações estáveis e determinadas uns com os outros, como ocorre no caso dos objetos perceptivos. Quando se imagina uma paisagem em que o tema central é uma árvore, os outros objetos como grama, flores, arbustos, entre outras coisas que se pode imaginar em uma paisagem, não são adjacentes um dos outros, uma vez que o espaço imaginal seria incapaz de providenciar uma locação definitiva para seus objetos.

O horizonte interno é constituído por aspectos dos objetos percebidos no momento, em conjunto com características potenciais que são predelineadas na aparência atual, como uma fachada que implica em certo tipo de face interna. Um objeto perceptual revela sua aparência de modo parcial, uma vez que não se é capaz de apreender um objeto em todos os seus lados e de uma única vez. Portanto, os antecipamos com base dedutiva ou apenas recordamos as aparências que estão momentaneamente ocultas, que como vimos, são percebidas através do uso de imagens mentais que representam estas partes não acessíveis diretamente à percepção.

A experiência imaginativa não possui um equivalente exato do campo perceptual. Sua construção do espaço e do tempo se parece mais com o campo perceptual em termos de estrutura e função. Mas esta construção não pode ser considerada como um campo no sentido estrito. Pois isto existe apenas como uma construção transitória para um elemento imaginário e não se estende através de

barreiras delimitadas pelo próprio objeto. Em vez de ser aberto, o espaço imaginal caracteristicamente se fecha.

A última descontinuidade entre a percepção e a imaginação é caracterizada pelo fato de a imagem ser apreendida como uma certeza, não podendo estar equivocada. De acordo com Casey, não se pode imaginar erradamente, enquanto que é da natureza dos perceptos recusar expectativas, ludibriar o julgamento, se provarem ilusórios e de mudarem suas características.

Sempre que percebemos, antecipamos de algum modo o curso subsequente da experiência perceptual – sobretudo, aqueles aspectos que parecem estar a ponto de serem revelados. Apesar de anteciparmos muita coisa através da percepção, nós sempre estamos basicamente com a mesma dificuldade: nossas expectativas estão sujeitas ao desapontamento. Nada garante que no curso futuro da experiência perceptiva, a curto ou a longo prazo, nós comprovemos nossas antecipações. Mesmo aquelas antecipações que são baseadas em experiências prévias de objetos e eventos em questão, elas não podem atingir uma certeza completa no que concerne suas aparências futuras. A qualquer momento (um momento que não é previsível), elas podem ser contraditas e demonstrar que não podem se basear em nada. (Casey, 1979, p165-166, tradução nossa)¹⁰

A incerteza característica da experiência perceptiva contrasta completamente com a certeza não qualificada da experiência imaginativa. De acordo com Casey, podemos estar completamente certos de que algo imaginado por nós é exatamente aquilo que aparece para nós na forma da imagem mental. Podemos ter confiança naquilo que imaginamos, pois, de acordo com o autor, não pode haver julgamentos falsos, uma vez que não existe nada para ser apreendido de forma errada.

¹⁰ A citação original encontra-se no anexo.

Taylor (1981) nos explica que aquilo que percebemos são itens públicos, o que nos dá a possibilidade de conferir e observar com mais acuidade: olhando novamente, utilizando diferentes órgãos dos sentidos, perguntando a alguém o que ele percebe, etc. Em contraste, nós somos apenas subjetivamente conscientes de nossas imagens mentais, e o que é mais importante, quando formamos uma imagem mental de algo, o fazemos com base em nossa experiência passada e naquilo que realmente conhecemos. Para que a imagem seja correta a respeito de um detalhe, deve ser construída a partir daquilo que já sabemos. Se o detalhe não existe em nossas memórias, a imagem não ajudará a resolver o problema.

Resumindo, podemos perceber equivocadamente, mas não imaginar de forma equivocada. Isto é possível porque a imaginação não possui quatro características que são responsáveis pela dúvida daquilo que percebemos.

A primeira característica é a de não existir algo como o desapontamento das antecipações, pois existe uma combinação bem sucedida do que é dado com aquilo que é desejado. O que uma pessoa que imagina tem como objetivo antecipadamente surge diante dela através de seu próprio esforço. A cena visualizada pode não possuir toda a intensidade de uma cena real, ainda que, entretanto, seja indistinta em características. Ela, infalivelmente, realiza as expectativas de uma antecipação imaginária.

A segunda característica é que tal certeza é reforçada pela ausência de um meio imaginativo que distorça as imagens. Ao imaginar uma circunstância, estamos livres do erro, pois aquilo que é apresentado pela imaginação não pode ser distorcido, já que quando imaginamos algo, o fazemos com o conhecimento prévio das possíveis distorções que podem ocorrer e, então, podemos imaginar o objeto ou evento com ou sem a presença das distorções.

A terceira característica é a mesma ausência de distorção ou engano que é encontrada quando nos voltamos para objetos imaginados específicos. Para Casey (1979), nada do que podemos imaginar tematicamente é capaz de conter aspectos ocultos. O que imaginamos se apresenta de forma total, não deixando nenhum elemento remanescente ou ausente.

A quarta característica é a mudança que, para o autor, implica em permanência, pois apenas algo que continua a existir dentro de um ponto no tempo para outro, pode-se dizer que se modifica durante o intervalo de tempo. Não se pode dizer que o elemento específico da imaginação se modifique nesse sentido, pois uma imagem não dura tempo suficiente até o surgimento de outra. Cada imagem é final, em sua forma, identidade e existência.

A partir da observação destas quatro características, Casey conclui que imaginação e percepção diferem no aspecto de certeza e possibilidade de erro. Nenhuma destas quatro fontes de erro, para a experiência perceptiva, pode ser encontrada na experiência imaginativa que, por não ser capaz de erro, é uma experiência da qual se pode afirmar que é “certa” em qualquer momento. A razão para isto reside na identidade da aparição e existência da imagem; o que aparece, surge de modo não dissimulado e em total transparência.

O conteúdo do imaginar é completo. Cada presença imaginativa surge em uma forma plena. Nada é deixado de fora ou para trás. Nada é dado, nem algo é apontado para ser dado ou dado como esperado. Tudo é dado – tudo que pode ser dado por meios imaginativos. O conteúdo inteiro está lá para ser degustado, e nada é ocultado da vista; tudo se encontra lucidamente diante do olhar psíquico imaginante. Isto significa que cada presença imaginativa é um todo completo monádico. (Casey, 1979, p. 171, tradução nossa)¹¹

¹¹ A citação original encontra-se no anexo.

Casey conclui que a relação entre a percepção e a imaginação é caracterizada pelo fato de a imaginação ser fenomenologicamente autossuficiente, mas epistemologicamente não autossuficiente. Por fenomenologicamente autossuficiente, o autor se refere à imaginação enquanto experienciada, imaginar se mostra como não sendo derivada da percepção. Não importando o curso exato que a experiência tomou em um dado momento, sempre se permanece livre para imaginar as coisas que são descritivamente descontínuas dos dados derivados das percepções que a precedeu. Mais ainda, apesar da aliança existente entre percepção e imaginação, uma certa diferença entre os componentes perceptuais e imaginais permanece.

Mas, do ponto de vista epistemológico, das causas e condições, o imaginar pressuporia a percepção. Não se pode imaginar sem se ser capaz de perceber. Para Casey, não é o fato de que para se imaginar um objeto ou evento, deve-se tê-lo percebido previamente, mas o fato de ser um ser que percebe, para se ser, também, um ser que imagina. Considerando isto, a percepção é a condição para a imaginação, assim como ela é a condição para os outros estados mentais. Para Casey, estar no mundo é ser, necessariamente, um ser capaz de perceber.

(...), longe de confinar ou limitar a imaginação, a percepção em seu papel epistemológico serve precisamente *para tornar o imaginar possível* – possível como uma forma de atividade mental entre outras – embora não predetermine seu curso específico. Apesar de ser epistemologicamente posterior à percepção, o imaginar não está atrelado ao perceber por seus elementos particulares ou qualquer ocasião dada; ele continua menos derivado no que concernem as suas estruturas intencionais e traços eidéticos. De acordo com uma perspectiva descritiva ou fenomenológica, ou seja, no nível da experiência consciente, a imaginação possui particularidades que a tornam irreduzível à percepção ou a tais ramificações, como a memória ou alucinação. O caráter único da imaginação se completa, se fecha por ele mesmo – não tendo uma contraparte nem mesmo um

precursor - na própria experiência perceptual. Consequentemente, mesmo se o imaginar deriva da percepção considerada como uma premissa de toda experiência humana, ela permanece dona de sua própria casa, dispondo de uma ação autônoma que não tem paralelo com a percepção. (Casey, 1979, p. 172-173, tradução nossa)¹²

2.4 Consciência: A coexistência da percepção com a imaginação

A imaginação é comumente definida como uma forma de experiência quase perceptual (Thomas, 1999). Os processos mentais que supostamente produzem a imaginação refletem sua ligação com a percepção. De acordo com O'Connor e Aardema (2005), o realismo sensorio considera a imaginação como uma resposta ao ambiente, assim como a percepção. O sujeito que percebe faria a mesma coisa na imaginação como na percepção, exceto que, na imaginação, o estímulo encontra-se ausente, portanto, a recepção do estímulo seria menos clara. A imaginação e a percepção se distinguiriam por serem dois atos de pensamento opostos.

Gilbert Durand (1988) define estes atos do pensamento como duas maneiras diferentes que a consciência utiliza para representar o mundo. Uma direta, na qual a própria coisa parece estar presente na mente, como no caso da percepção ou no caso da sensação. O outro modo seria indireto, pois o objeto não se apresenta à percepção, como é o caso da imaginação. Neste caso, o objeto ausente é rerepresentado à consciência por uma imagem. Para Durand (1988), seria melhor afirmar que a consciência dispõe de diferentes graus da imagem,

¹² A citação original encontra-se no anexo.

seja ela uma cópia fiel do objeto da percepção ou simplesmente algo que remeta a esse objeto.

Sartre (1974) observa que o objeto na percepção é reencontrado pela consciência e, na imaginação, é o contrário, a consciência dá a si mesma o objeto. A função imaginante é a de ser uma espontaneidade criadora. O objeto perceptivo pode ter uma infinidade de determinações e de relações possíveis, mas o objeto imaginado possui, segundo Sartre, apenas as determinações que a consciência lhe dá, sendo imaginação uma certa maneira da consciência se dar um objeto. Na imaginação, a consciência fornece para si imediatamente o objeto, mas só em relação a sua própria intenção. A intenção da consciência sobre o objeto determina a forma sob a qual ele aparece e seu número de determinações.

Segundo O'Connor e Aardema (2005), a distinção entre imaginação e percepção, com a primeira significando algo que não está presente no momento e a segunda significando aquilo que está presente, não seria de grande auxílio para se determinar a realidade da experiência mental. Durante a vida consciente, as imagens raramente ocorreriam na total ausência de estímulos advindos da realidade externa e, segundo os pesquisadores, o que mais se destaca é o fato da percepção não possuir uma grande vivacidade sempre, especialmente nos momentos em que estamos imaginando.

Outro aspecto importante sobre os limites entre a percepção e a imaginação seria o fato de que as duas poderiam existir simultaneamente. O experimento realizado por Perky, em 1910, demonstrou que não se pode perceber e imaginar um mesmo objeto simultaneamente, mas segundo O'Connor e Aardema, uma pessoa pode entrar em devaneios durante a vida desperta sem

perder o contato com a realidade, ocupando os espaços real e imaginário ao mesmo tempo. Neste caso a pessoa estaria em um grau intermediário, no qual ela não está com a atenção consciente totalmente focada na realidade e nem naquilo que está ausente ou é irreal.

Esse grau de consciência intermediário pode ser modificado pelo contexto. Uma pessoa que de repente tenta encontrar a solução para um problema como, por exemplo, montar um arranjo de flores, pode deixar de perceber, momentaneamente, as flores reais que são captadas pelos órgãos dos sentidos e começar a imaginar possíveis disposições para as flores; pode perceber que já não percebe as flores reais e que necessita saber alguma informação sobre elas (como o tamanho exato dos caules). Ela pode, novamente, retornar sua atenção para as flores para poder observar essa característica. Pode-se alternar a atenção consciente entre estímulos perceptuais e imaginativos sem que se perca contato com a realidade consciente, o que ocorre de modo a melhorar nossa possibilidade de lidar com o ambiente. Casey (1979) salienta que a imaginação pode ser utilizada para enriquecer a percepção, para que se possa perceber a realidade presente com outras possibilidades.

Para Thomas (2006), os conceitos de consciência e imaginação estão interligados, pois imaginar algo é estar consciente dele, mesmo que a origem da criatividade imaginativa possa residir no inconsciente. Muitos pesquisadores como Damásio (2005) afirmam que nosso pensamento consiste, em grande parte, na sucessão de imagens mentais que são produtos da imaginação. De acordo com Damásio, o processo que chegamos a conhecer como mente, quando as imagens mentais se tornam nossas como resultado da consciência, é experimentado como

um fluxo contínuo de imagens e muitas delas se revelam logicamente inter-relacionadas.

Percebemos que a consciência seria o conceito mental capaz de unir percepção e imaginação dentro de um mesmo “espaço”. A percepção fornecendo os dados dos sentidos elaborados que possibilitariam a consciência da realidade presente, enquanto que a imaginação forneceria as possibilidades de ação e de percepção do organismo dentro do espaço externo.

De acordo com Shaun Nichols (2006), a ideia de que a imaginação revela as possibilidades seria uma ideia antiga, mas que permanece atual. Tudo aquilo que é concebido pela mente incluiria a ideia de uma existência possível, e que, se a imaginação não nos “informa” como as coisas são possíveis, não poderíamos saber ao certo qual outra função mental seria responsável por isso. O'Connor e Aardema (2005) argumentam que a possibilidade seria uma característica importante na definição da consciência e que, estar consciente, seria estar consciente da possibilidade. O conceito de possibilidade, para os autores, englobaria o relacionamento de todos os aspectos dos projetos de uma pessoa que ainda não estão presentes. Entretanto, a noção de possibilidade não se aplicaria somente ao *que poderia vir a ser*, mas também àquilo que está presente aqui e agora.

Observamos que tudo aquilo que imaginamos e percebemos existiria dentro de um contexto do qual temos consciência em um determinado momento. Este contexto influencia diretamente o modo como percebemos os objetos e o mundo a nossa volta. Damos atenção a determinadas características de certos objetos de acordo com esse contexto. O olhar do ser humano sobre o mundo que o cerca

muda de acordo com suas intenções; aquilo que ele gostaria de fazer influencia a sua percepção das possibilidades que um objeto pode vir a oferecer. Por exemplo, seu olhar sobre uma fruta muda se ele está com a intenção de comê-la, de fazer um arranjo decorativo ou se está utilizando-a como modelo para pintar uma natureza-morta.

O'Connor e Aardema (2005) desenvolveram o modelo possibilista da imaginação. De acordo com este modelo, o que é percebido é necessariamente definido por aquilo que não é percebido, mas, em particular, por aquilo que poderia ser. A possibilidade como definição da consciência traz, em seu bojo, o possível como sendo concebido pela imaginação. Três aspectos desse modelo implicam no papel da imaginação na realidade sensível.

A) O que se está fazendo existe paralelamente ao que se pretende fazer: os projetos de uma pessoa têm futuro.

B) A imaginação cria o futuro e este aspecto criativo de sua percepção preenche o espaço entre o que existe e o que não existe.

C) Viver na realidade é uma questão de gradação e existimos em um gradiente de atenção no qual possibilidades diferentes são associadas com distintos sentidos de realidade.

De acordo com O'Connor e Aardema (2005), alguns objetos e situações existem na margem da consciência como eventos potenciais ou objetos que não podem ser percebidos ainda. Eles emergem na consciência assim como uma pessoa move sua cabeça para uma posição diferente ou sua intenção para um projeto diferente. A intenção de uma pessoa afeta a forma com que esta percebe um objeto, já que essa, muitas vezes, pode utilizar um objeto fora de sua função

original para poder realizar um projeto ou resolver um problema. Existe um aspecto criativo do ato de perceber que faz parte de uma possibilidade imaginal. A imaginação se ocupa de possibilidades que não são delimitadas pela forma ou função original de um objeto.

De acordo com o modelo possibilista, o que define o senso de realidade não seria algo externo que é captado pelos nossos sentidos, mas, sim, o nosso nível de absorção relativa daquilo que é mais possível. Este grau de absorção implica numa comparável falta de absorção em uma diversa gama de alternativas possíveis. O que é percebido toma forma a partir do contraste com aquilo que não é percebido no momento atual, ou seja, aquilo está localizado na margem da consciência. Este modelo propõe que aquilo considerado como a nossa realidade é derivado como o mundo mais possível dentro do contexto de outros mundos possíveis.

O'Connor e Aardema (2005) afirmam que conceber mundos possíveis não compromete de nenhum modo a capacidade de absorção no mundo real, uma vez que o foco pré-cognitivo é o predicado de um mundo pré-cognitivo que está sempre presente. O gradiente de absorção varia em graus de possibilidade, acomodando constantemente nossas esporádicas mudanças de consciência, enquanto mantém nossa consciência da realidade presente. Para os autores, o nosso foco de consciência muda porque ele toma a forma de uma distribuição de possibilidades no qual o próximo foco já se encontra eminente na margem da consciência e aparece ou desaparece de acordo com seu valor de semelhança dentro da distribuição de possibilidades.

Com base nesse pensamento, poderíamos dizer que aquilo que tomamos como real em um momento vai depender da nossa capacidade de apreensão. De acordo com o modelo possibilista, aquilo que tomamos como realidade seria derivado do mundo mais possível dentro do contexto de outros mundos possíveis. Visto desse modo o mundo não é uma única realidade, ele seria uma realidade construída como a realidade mais possível em relação a outras possibilidades.

A distribuição das possibilidades pode ser assimétrica e irregular e, também, aguda ou plana. Se ela se apresentar de forma mais plana, significa que, em face de outras alternativas, a pessoa está mais vulnerável a ir de uma possibilidade de realidade para a outra. Por não haver uma grande diferença de graus entre uma possibilidade e outra, a possibilidade que possui um grau máximo pode ser facilmente modificada em continuidade, com uma menor adaptação, com base nas experiências de interação com o mundo. Escolher entre a possibilidade de que o barulho advindo do corredor de um prédio seria uma matilha de lobos ou o zelador limpando o chão, não apresenta uma grande dificuldade, pois toda a experiência prévia do indivíduo aponta para o zelador como a possibilidade mais provável. Mas podem existir outras possibilidades que não apresentam um grau de disparidade tão gritante, como a possibilidade de não ser o zelador que está limpando o corredor, mas seu assistente ou, quem sabe, outra pessoa. Essas possibilidades são bem toleradas dentro da distribuição de possibilidades e não requerem que a pessoa modifique seus projetos, uma vez que estes fatos podem perfeitamente ficar na margem da consciência.

Para O'Connor e Aardema, a margem e o pico da distribuição das possibilidades são interdependentes. A mudança de um afetará a forma do outro.

Uma percepção equivocada modificará o pico de distribuição das possibilidades e poderá modificar as alternativas que estão na margem da consciência. Quando vemos um objeto, uma distribuição de possibilidades se forma ao redor deste, o que define o nosso campo perceptual, mas, imaginando outras formas de possibilidade, pode-se facilmente modificar o campo perceptual. Como, por exemplo, ao observar uma foto de uma pessoa em uma ponte, na qual não se sabe o contexto em que esta fotografia foi tirada, o observador pode imaginar diferentes possibilidades de contextos. Se a pessoa imaginar que esta foi tirada por um atirador momentos antes de assassinar sua vítima, a forma do observador perceber a foto será distinta, caso ele tivesse imaginado que a pessoa da foto era um turista.

O senso de realidade em qualquer momento e para qualquer projeto seria definido pela distribuição máxima de possibilidades. O que significaria que alguém pode assimilar duas distribuições de possibilidades enquanto percebe apenas uma realidade, uma vez que a absorção em um máximo de possibilidade é a combinação das alternativas disponíveis e o projeto atual de uma pessoa. De acordo com os autores, os projetos de uma pessoa estão sempre em processo de se tornar algo, não são estáticos, sendo assim, os objetos ou eventos para os quais ele se dirige também estão em processo de se tornar algo. Sendo assim, em qualquer tempo, um objeto pode ter duas ou mais alternativas como possibilidades e, dessa forma, a pessoa poderia estar igualmente envolvida nestas possibilidades.

Relacionar-se ao mesmo tempo com mundos possíveis que podem competir entre si é inteiramente possível e, em algumas situações, desejável. O

problema que se apresenta é o grau de absorção nos mundos possíveis, pois existe apenas uma realidade pré-cognitiva para qualquer projeto. Mas, a mesma realidade pode produzir distribuições de possibilidades distintas e contrastantes. A absorção, nestes casos, não é uma questão de adequação perceptual, mas, sim, de como o projeto, através das relações do sujeito com o mundo, mantém um mundo possível como preferência.

Apesar de podermos ser conscientes da parte imaginária da possibilidade e conscientemente saber que estamos vivendo “como se” ou vendo algo “como se” ele estivesse presente, quando estamos em um estado mais absorto, a parte metafórica pode ser esquecida e nos tornarmos confusos em relação ao valor de realidade das possibilidades imaginais.

Currie e Ravenscroft (2002) observam que, quando acreditamos em algo, nós normalmente o fazemos com base nos dados da percepção ou com base nas coisas que realmente acreditamos. Nós não escolhemos no que acreditar, apesar de que pode ser verdadeiro que aquilo em que acreditamos seja influenciado por aquilo que gostaríamos que fosse. Porém, aquilo que imaginamos é gerado internamente. Falhar em reconhecermos o que imaginamos como tal é falhar em reconhecer sua origem interna, o que, segundo os autores, é a característica que mais distingue a imaginação da atitude de crença.

O'Connor e Aardema propõem a existência de aspectos pré-cognitivos, meta-cognitivos e aspectos cognitivos da consciência. No nível pré-cognitivo, é necessário que se tenha como garantido um sentido de realidade e de possibilidade para que se possam elaborar as informações futuramente, pois, em um senso cognitivo, o trabalho nunca tem fim. Ao inspecionar e ao ver objetos

reais, estamos, conscientemente, lidando com possibilidades locais. Os aspectos pré-cognitivos da consciência são os dados através dos quais sabemos que estamos conscientes e pelos quais realizamos nossos projetos. Os detalhes são vistos empiricamente, reportados pelo indivíduo, e claramente podem refletir a tomada de decisão cognitiva. A arquitetura pré-cognitiva seria uma consciência relacional que sempre toma a forma de um gradiente entre o núcleo da consciência e sua margem inconsciente das possibilidades.

Esse espaço entre aquilo que é visto conscientemente e aquilo que permanece na margem da consciência, se torna o espaço da possibilidade daquilo que poderia vir a ser. Por esta razão, a imaginação é necessária como uma faculdade criativa que preenche o espaço da possibilidade ao “imaginar” aquilo que não se encontra presente, uma vez que a percepção sozinha não possui esta capacidade criativa.

Podemos observar essa relação da percepção com a imaginação em Ellis (1995), para quem a percepção seria um processo ativo de procurar por características de um objeto ou cena, características que esperamos ou que nosso sistema perceptual espera que estejam presentes, com base naquilo que foi previamente encontrado. A percepção, para este autor, também seria ativa, um questionamento dirigido pela consciência. Nós teríamos a experiência da formação de imagens mentais conscientemente quando persistimos em “questionar”. Mesmo quando não encontramos uma resposta positiva do ambiente, nós “procuramos” determinadamente por características que não se encontram presentes.

A imaginação é a estrutura básica de toda consciência. Isto é, todos os conteúdos da consciência envolvem um elemento subjuntivo e imaginativo. Eles envolvem, de um modo ou de outro, imaginar o que aconteceria se algo fosse de um modo diverso do que é. (Ellis, R. 1995, p. 2, tradução nossa)¹³

No nível meta-cognitivo, podemos nos afastar conscientemente da noção de realidade através da criação de possibilidades imaginárias e, meta-cognitivamente, relacionar estas possibilidades para criar várias consciências da realidade ao mesmo tempo. Apesar da existência de um único mundo ou de uma única “realidade estruturada”, nossa habilidade meta-cognitiva nos permite compartilhar de vários mundos ao mesmo tempo e experienciar a consciência da realidade presente em relação a mundos que não existem.

O modelo possibilista propõe que o senso de realidade pode ser modificado a partir da margem para o núcleo da consciência, assim como através da adequação da percepção para a margem das possibilidades, o que explicaria a coexistência da percepção com a imaginação e, também, a habilidade de modificar continuamente através de estruturas ambientais descontínuas. Ilusões perceptuais e imaginais podem nos levar a ver informações conflitantes ou paradoxais. É normal, durante estes eventos, “ver” eventos imaginários e, então, meta-cognitivamente experimentar sentidos conflitantes de realidade, apesar de “sabermos” que existe somente uma realidade pré-cognitiva.

Podemos perceber durante este capítulo que apesar da percepção e da imaginação parecerem atos opostos de se relacionar com a informação necessária para nos situarmos no mundo, ambas se unem em nosso modo de apreensão, auxiliando na construção da consciência que temos da realidade

¹³ A citação original encontra-se no anexo.

presente. Podemos observar, também, que a realidade em que se situa nossa consciência não é apenas uma realidade empírica somente, mas uma realidade representacional e imaginária.

3 - Imagem mental e os tipos de imaginação

Nesta terceira parte do trabalho, abordaremos, na primeiramente, o conceito de imagem mental, que é crucial para o entendimento do processo imaginativo. Depois, estudaremos as imagens imaginárias, que são imagens criadas pelo ser humano e que não encontram um referencial direto na realidade apreendida pelos sentidos. E no fim desta parte do trabalho, analisaremos os tipos de imaginação, uma vez que o ato de imaginar pode vir a ser definido de diversas maneiras e que, muitas vezes, não faz uso direto de imagens mentais.

3.1 Principais recortes do conceito de imagem mental?

Neste tópico, abordaremos a definição de imagem mental, que não é só utilizada pela imaginação, mas, também, pela memória quando queremos recordar o rosto de alguém, por exemplo. A imagem mental seria uma representação mental de algo que existiria no mundo perceptual. De acordo com Thomas (2003), assim como os perceptos, as imagens mentais são intencionais. O que significa que elas são sempre imagens de alguma coisa, de algum objeto, real ou imaginário. Entretanto, diferentemente dos perceptos, as imagens mentais ocorrem na ausência de seu objeto. Por exemplo, não podemos perceber um animal a qualquer hora, mas podemos imaginá-lo, assim como qualquer outro objeto perceptível, ou que, caso viesse a ter uma existência real, seria perceptível. Por outro lado, não podemos imaginar realmente entidades abstratas como “liberdade”, “amor”, “infinito”. Tudo o que podemos fazer é criar alguma imagem

metafórica que possa vir a se encaixar no conceito e que estará sempre sujeita a infinitas variações.

Além disso, não podemos perceber um objeto como sendo outro, diferente daquilo que ele realmente é e numa localização diferente daquela onde ele se encontra no momento presente. Entretanto, podemos imaginar o mesmo objeto em qualquer lugar e em várias condições. De acordo com Thomas (1999), as imagens mentais podem ser apropriadas para funcionar como representações mentais, permitindo-nos pensar nas coisas quando estas se encontram ausentes, e, dessa forma, recordar o passado, planejar o futuro, fantasiar sobre o irreal e especular sobre o desconhecido, o que geralmente se acredita ser sua função cognitiva.

Neste ponto, pode-se também trazer a questão da consciência. Thomas (2003) observa que duas posições são possíveis. De acordo com a primeira, a imagem mental é apenas uma representação que pode ser ou não consciente. Já na segunda, a imagem mental é uma forma de experiência necessariamente consciente. A nosso ver, uma imagem mental pode ser tanto consciente como inconsciente e pensá-la enquanto uma representação, não exclui que ela possa integrar o campo da consciência.

De acordo com Brann (1991), há um grupo de puristas que negam a existência das imagens mentais e que afirmam que imaginar seria o mesmo que o pensamento descritivo. É comum dizer que as imagens mentais não passam de descrições verbais e abstratas cujo significado não pode ser apreendido senão pela linguagem. Essas críticas se fazem presentes por causa do caráter subjetivo das imagens mentais, que as tornam inacessíveis para outros indivíduos além

daquele que imagina. As investigações psicológicas resolvem empiricamente a questão da existência, revelando que estas possuem propriedades especiais que parecem com as das figuras ou representações. A partir dessas investigações, as imagens mentais são consideradas como um certo tipo de objeto, mais especificamente como quase-figuras.

Podemos ver essa ideia também em Kind (2001), em que a imagem envolvida no ato de imaginar é o objeto da imaginação. Quando aceitamos isso, é natural afirmarmos que as imagens que temos diante de nossas mentes, quando imaginamos as coisas, são o que nós imaginamos. Para Kind (2001), a imagem possui o papel de “capturar” o objeto que se deseja imaginar, portanto, a formação de imagens mentais teria um papel essencial para a imaginação. A autora também nos afirma que não se pode abordar o fenômeno da imaginação sem utilizarmos as imagens mentais, uma vez que estas possuem um caráter representativo. Criar uma imagem mental parece claramente ser um ato, mesmo quando realizado de modo vago. Assim, a formação de imagens mentais serve como exemplo da natureza ativa da imaginação.

Compreendemos a partir dos autores pesquisados que as imagens mentais são experimentadas por nós como figuras. A experiência imaginativa, neste caso, é resumida pela imagem; qualquer conceito que pudermos possuir do objeto em questão fica sintetizado na experiência da imagem em si. A imagem mental, vista enquanto uma representação, seria algo derivado de uma experiência que foi representada e que possui características pictóricas, tornando-a passível de ser experimentada como uma quase-imagem, uma vez que a “perceberemos” mentalmente, e não externamente, enquanto imagem real.

Os seres humanos utilizam as imagens mentais para responder perguntas como a quantidade de janelas da fachada de um prédio conhecido. Durante esta tarefa, a pessoa recorre à visualização interna da imagem mental que ela possui do prédio em questão para contar as janelas. É provável que utilizemos as imagens mentais para solucionar problemas que envolvam coordenadas espaciais ou quando procuramos por uma característica ou um detalhe de um objeto.

Como foi afirmado anteriormente, reconhece-se que o uso das imagens mentais não aponta para respostas adequadas quando queremos definir objetos abstratos que requerem uma sentença exata como resposta, o que não pode ser dado por uma imagem que tem como característica a polissemia.

Para Brann (1991), uma imagem mental se caracteriza como uma imagem, pois ela representa algo que não está presente. O objeto que se observa encontra-se na imagem. A imagem mental também é, precisamente, uma figura porque ela possui uma existência intermediária independente. Aqui, a imagem é como um objeto. E, por último, pelo fato de a imagem ser mental, a imagem-figura possui uma existência especial, ela é um objeto não factual, mas sim mental.

Apesar das imagens mentais coincidirem conceitualmente com figuras de várias formas, elas também possuem algumas características não-pictóricas que existem devido ao fato de elas manterem certa identidade com a percepção. De acordo com Brann (1991), as figuras, quando pintadas de uma perspectiva unitária ou composta, podem ser observadas sob vários e, às vezes, inapropriados pontos de vista. As imagens mentais, como a introspecção e os experimentos demonstram, são vistas de forma direta, da mesma forma que percebemos paisagens através de um ponto de vista delimitado por nossa posição no espaço.

Enquanto as figuras são moldadas dentro de um espaço que é ordenado e delimitado dentro do espaço físico, o espaço interior, no qual as figuras e as cenas imaginadas ocorrem, seria como o campo visual, que, como uma janela, abre e fecha focando os objetos.

3.2 O que é uma imagem imaginária?

Nesta parte do trabalho, estudaremos as imagens imaginárias, que são imagens mentais criadas pelo ser humano através do uso de sua imaginação. Elas podem possuir, como traços constitutivos, dados perceptuais, mas que são combinados de forma inédita e que não fazem referência a nenhum objeto encontrado na realidade externa. Não estamos, no entanto, admitindo um mundo interior de imagens que existiria de forma paralela ao mundo exterior, mas, sim, que esse “mundo imaginário” se constitui a partir de uma atividade intencional e projetiva da mente dos sujeitos. Consideramos, também, que imaginar algo, mesmo não existente, seria uma forma de lidar com a realidade.

As imagens imaginárias fazem referência à possibilidade de que pensemos ou imaginemos coisas que possuem diversas características ou propriedades, mas que não são reais. Ou seja, correspondem a uma capacidade de representação de objetos, seres e lugares não factuais, o que nos leva a uma visão diferente do conceito de imaginação, entendido como aquela que reproduz, apenas com certa liberdade, os dados sensoriais. A imaginação ou o aspecto da imaginação que lida de modo mais autônomo com os dados é denominada de imaginação criadora ou de aspecto criativo da imaginação.

A imaginação criadora se distingue da imaginação reprodutiva por sua autonomia. Ela uniria em si dados de percepções passadas e um elemento pessoal, tornando, desta forma, a imagem imaginária um símbolo, que tornaria o homem parte integrante do mundo, fazendo com que ele signifique subjetivamente o mundo e seus objetos (o que inclui ele mesmo). Neste ponto, ressaltamos a importância de compreender a imaginação e a percepção unidas na consciência que experimentamos da realidade. Quando se fala sobre imagem, não estamos enumerando apenas de uma forma de representar nosso conhecimento sobre os objetos, mas, sim, de um modo de pensar estes objetos. Podemos observar esta ideia através das palavras de Warnock:

(...) a imaginação é nosso meio de interpretar o mundo, e também nosso meio de formar imagens na mente. As próprias imagens são nosso meio de pensar nos objetos do mundo. Vemos as formas com os olhos de nossa mente e vemos estas mesmas formas em nosso mundo. Não poderíamos fazer uma dessas coisas se não pudéssemos fazer a outra. (Warnock, M. p. 335)¹⁴

As imagens imaginárias derivariam da imaginação criativa. Elas seriam imagens de objetos que não encontramos ou não esperamos encontrar no mundo em que vivemos. Quando imaginamos uma esfinge ou um hipogrifo, não avaliamos diretamente seu caráter de realidade ou irrealidade, nós os colocamos como uma possibilidade. Dentro do contexto que estamos imaginando, ele deve parecer perfeitamente cabível. A realidade ou irrealidade do objeto só será

¹⁴ A citação original encontra-se no anexo.

considerada mediante uma análise posterior, uma vez que o objeto imaginário é sempre tomado enquanto uma possibilidade imaginativa.

Figuras como o hipogrifo ou uma esfinge são interessantes de serem pensadas porque trazem à tona a questão da associação de ideias. Elas podem ser compreendidas como a reunião de partes do corpo de diferentes animais em uma figura complexa. De acordo com Casey (1971), tanto Kant como Coleridge se recusaram a aceitar a tese de que os objetos que nós imaginamos são complexos, no sentido de serem meramente associativos. A noção kantiana de “síntese” aplicada ao caso da imaginação permitiu uma nova visão sobre o objeto imaginário.

De acordo com esta visão, cada objeto imaginado, real ou irreal, representa uma totalidade sintética, desafiando a uma análise que reduziria a síntese a uma mera disposição de objetos constituintes. Tais elementos e sua origem na percepção não têm suas funções negadas na totalidade da criação dos objetos imaginados, mas suas meras combinações associativas não são consideradas como uma explicação suficiente para a qualidade sintética do objeto.

Essa visão nos permite perceber as imagens mentais como unidades sintéticas que não podem ser resumidas a cópias de percepções e sensações. A imagem, entendida como uma totalidade, não pode ter seu curso traçado em direção a certas sensações específicas.

O objeto imaginário é algo extremamente difícil de se definir, pois não existe uma linguagem precisa que consiga abordar o trabalho imaginativo. Essa dificuldade de abordagem deve-se ao fato de a imaginação ser considerada um ato criativo, o qual é extremamente subjetivo e espontâneo. A imaginação envolve

elementos simbólicos, o que faz com que ela não se restrinja a uma relação objetiva com o mundo. Utilizamos estes objetos para ilustrar hipóteses, nos livros de fantasia, em filmes, nas artes, em nossos sonhos e fantasias. Aparentemente, eles não possuem nenhum objetivo direto relacionado com a nossa sobrevivência, mas, mesmo assim, eles se fazem presentes.

De acordo com Durand (2010), o fato de a imagem não poder ser reduzida a um argumento de verdadeiro ou falso formal, passa a ser desvalorizado, sendo considerada incerta e ambígua, tornando impossível extrair de sua percepção mental ou visual uma única proposta de verdade. Isso ocorre porque a imagem pode se desenrolar dentro de uma descrição infinita e uma contemplação inesgotável. Incapaz de permanecer bloqueada no enunciado claro de um silogismo, ela propõe uma “realidade velada”.

Percebemos que a relação que podemos observar entre o mundo real e o imaginário é muito sutil. Poderíamos dizer que, na verdade, o que existe é apenas um único mundo. Acontece que existem alguns momentos significativos em que o mundo se transfigura metaforicamente, que, de acordo com Barreto (2008), seria um ato de transgressão característico da imaginação criadora que estabelece um sentido subjetivo para a experiência. O vínculo instintivo é rompido, mas essa ruptura é superada pela imaginação que, nas palavras do autor, “abraça a realidade e lhe dá uma fisionomia humana”.

Em termos menos poéticos, entendemos que a imaginação criadora é uma capacidade que nos permite ir além daquilo que percebemos diretamente com os nossos sentidos ou que entendemos como possível dentro da realidade presente. Ela amplia a nossa percepção da realidade ao nos fazer ver os objetos, situações,

problemas como possibilidades que não precisam ser confirmadas e nem negadas pela experiência.

3.3 Imaginação e possibilidade

De acordo com Casey (1971), imaginar propriamente é um ato que difere significativamente do tipo de imaginar que envolve o entendimento de algo. De acordo com este autor, existiriam dois tipos de possibilidade: a possibilidade pura e a possibilidade hipotética.

Uma possibilidade hipotética é um tipo de possibilidade que é entendida com base na sua realização na experiência. As possibilidades hipotéticas são essenciais a certos tipos de imaginar que são empregados para se “vir a saber” ou entender algo. Nestes atos que nos auxiliam no entendimento, projetamos possibilidades como hipóteses, ideias ou opções, através das quais podemos adquirir um desempenho mais eficaz dentro da realidade empírica. As possibilidades hipotéticas não são projetadas por nós aleatoriamente, mas, sim, com um certo objetivo. Este objetivo pode ser implícito ou explícito, o que não altera o caráter essencial do ato. O objetivo, na maioria das vezes, é uma vivência mais enriquecida da nossa experiência perceptual.

Imaginar propriamente difere do tipo de imaginar envolvido no entendimento de alguma coisa. Quando imaginamos propriamente, nós projetamos ou lidamos com as possibilidades por elas mesmas, posicionamos os objetos simplesmente como possibilidades que não devem ser confirmadas ou negadas pela experiência. Nos sonhos e devaneios ou nos estados de inspiração artística não

existe nenhuma tentativa de tratar as possibilidades como hipóteses ou explicação da experiência. De acordo com Casey (1971), as possibilidades são contempladas como o que poderíamos denominar de “meras” ou “puras” possibilidades. Isto não significa que tais possibilidades não possuam nenhuma referência com a realidade experiencial, mas, sim, que tais referências não envolvem nenhum esforço para compreender e, menos ainda, em manipular esta realidade. Contrastadas com as possibilidades hipotéticas, essas possibilidades não estão atadas à experiência como uma forma de explicação, cópia, ou antecipação. Elas não são declarações esquemáticas daquilo que nós experienciamos ou mesmo daquilo que nós fazemos ou vamos experienciar. Neste sentido é que elas são “puras”; puras de uma certa aplicação ou uso com o objetivo de controlar a realidade mais completamente.

O conceito pura possibilidade significaria um tipo de possibilidade que surge e é contemplada por si mesma sem um objetivo visando algo externo. Sua base é o interesse genuíno que é originado dela e não a realização de algo externo a partir dela, o que transcenderia o próprio ato imaginativo. O puramente possível não possui lugar na percepção ou na memória, ambas que lidam com o real como caráter primário de sua experiência. A pura possibilidade permite a mente um movimento livre para atravessar um terreno mais vasto do que a região ocupada pelos objetos percebidos e recordados.

Essa noção de Casey nos parece interessante porque ela se relaciona com a visão criativa da imaginação, na qual a imaginação possibilita nos relacionarmos com os objetos e as situações de forma destacada da realidade, independentemente do fato de serem reais ou realizáveis em um tempo futuro.

Outro autor que salienta esta característica é Kaufmann (1947). Ele afirma que é através da imaginação que o homem vive e cria novas possibilidades de vida e mundo, transcendendo cada estado dado. A imaginação, segundo Kaufmann, nos retiraria de um estado de satisfação inerte e dos padrões instintivos. Através do exercício da imaginação, a vida do ser humano adquire um novo significado através daquilo que ele pode trazer e fazer surgir de seu mundo.

Casey (1971) salienta que não é suficiente caracterizar o ato de imaginar como propriamente negativo, uma vez que este não lida com a realidade experiencial. Para imaginar propriamente, existe um tipo próprio de objeto e uma maneira própria de posicioná-lo ou caracterizá-lo. Sem a intenção de ser redundante, o autor coloca que o objeto de um ato de imaginação é propriamente um objeto ou um estado de sentimentos “imaginários”. Isto significa que quando algo é imaginado, é colocado como mera possibilidade.

O objeto imaginado possui assim um status existencial particular: o de pura possibilidade, que não pode ser explicado em termos de realidade ou irrealidade ou uma mistura das duas juntas. No imaginar propriamente, nós colocamos um objeto como meramente possível e nada mais; nós não o colocamos nem como real ou como irreal, nem estamos inteiramente neutros ou indiferentes a ele. (Casey, 1972, p. 478, tradução nossa)¹⁵

A partir desta análise, seria um engano afirmar que todos os objetos imaginados são imaginários no sentido de serem empiricamente irrealis. Para Casey (1971), permanece verdade que mesmo quando nós imaginamos objetos reais, que estão ausentes da percepção, nós os imaginamos de um modo

¹⁵ A citação original encontra-se no anexo.

especial; nós os colocamos como puramente possíveis. Não estamos comprometidos com sua realidade ou irrealidade.

No entanto, somos forçados a observar que o objeto posicionado como meramente possível pode ser de fato irreal. Nós podemos e, de fato, imaginamos objetos irrealis que são objetos que nós não esperamos e não podemos encontrar em nossa experiência comum do mundo. Ao imaginar, nós não colocamos tais objetos como irrealis, mas, através de uma análise, eles podem ser revelados como sendo. Desse modo, como nos diz Casey (1971), um poeta pode falar sobre ou até “descrever” um hipogrifo; neste ato, o poeta não está comprometido se este monstro mítico é real ou irreal; ele apenas assume que ele é uma possibilidade imaginativa. Talvez, uma possibilidade derivada do contexto do poema que ele está escrevendo. Através da reflexão e da investigação, ele pode descobrir que nunca existiu (e que nunca irá existir) tal criatura e ela é eminentemente “irreal”. Isto não é negar que algumas ou todas as partes do hipogrifo são derivadas daquilo que o poeta percebeu. Elas podem também derivar daquilo que o poeta lembra do que ele leu sobre animais reais, informações que são baseadas na observação direta e na percepção.

De acordo com Bernis (1997), a imaginação seria a função mental em sua totalidade voltada para o possível. Para a autora, a imaginação é a experimentação mental, na qual o sujeito se orienta diante de previsões e exclusões, experimentando antes de “justificá-las”. A imaginação representa o psiquismo em seu conjunto, com todo seu dinamismo orientado para o possível e, por vezes, para o irreal.

3.4 Os tipos de imaginação

Imaginação é um termo que abrange muitos significados. De acordo com diversos autores (Casey (1971), Brann (1991), Modell (2006), etc.), percebemos que a imaginação pode ser vista, essencialmente, como sendo de dois tipos: um reprodutivo, que utiliza dados concretos e os arruma em uma forma usual; outro criativo, que, mesmo utilizando os dados dos sentidos, os organiza de forma única e diferente, o que causa certo estranhamento quando nos perguntamos sobre sua origem, pois estas imagens dão a impressão de não pertencerem ao nosso mundo cotidiano.

Muitas vezes, utilizamos a palavra imaginação para designar processos mentais que não necessariamente envolvam a formação de imagens mentais. Thomas (1999) nos diz que, em muitos casos, os filósofos utilizam a palavra de forma “metafórica”. Originalmente, ela significa a capacidade de formar imagens mentais e, metaforicamente, ela é, com frequência, utilizada como a capacidade de lidar com proposições, independentemente de seus valores de verdade.

Apesar das diferenças no uso da palavra, tanto lidar com imagens mentais como com proposições seriam duas maneiras que temos para abordar situações que não são reais. Em diversos momentos, a capacidade de formação de imagens mentais está atrelada a fatores idiossincráticos de cada sujeito, por exemplo, pode-se facilmente criar uma imagem mental para uma situação, mas, em outro momento, não utilizar o mesmo recurso.

Podemos pensar a imaginação como uma forma de apreensibilidade para tudo aquilo que não conseguimos apreender diretamente pelos sentidos, mas que nos parece razoavelmente possível.

3.5 Diferentes tipos de imaginação

Currie e Ravenscroft (2002) fazem uma distinção entre dois tipos de imaginar: um envolvendo a criação de imagens mentais (*imagery*) e que tem como base os sentidos, e outro que tem como contraparte crenças e desejos e é denominado de imaginação proposicional.

Para Gaut (2000), existiriam três tipos de imaginar, e, para este autor, a imaginação não necessita necessariamente fazer uso da formação de imagens mentais (*imagery*) (Gaut, 2000):

A formação de imagens mentais é uma questão de se ter apresentações sensórias; mas estas imagens não necessitam ser exemplos da imaginação. Uma imagem mnêmica da porta azul da frente da minha casa anterior envolve uma crença sobre aquela porta, não um imaginar sobre ela. O mesmo é verdade sobre imagens oníricas. A percepção envolve presenças perceptuais, apesar de as imagens não serem um imaginar dos objetos percebidos. Desse modo, memória, sonhos e percepção envolvem a formação de imagens mentais, mas não são instâncias da imaginação. O ponto, então, é que uma pessoa não pode identificar a formação de imagens mentais com a imaginação (apesar de algumas imagens serem imaginativas). Inversamente, a imaginação não necessita envolver a formação de imagens mentais. Se eu te pedir para imaginar que gradualmente suas células cerebrais são trocadas por chips de silício, você não necessita formar nenhuma imagem mental desse processo para responder minha questão; do mesmo modo que, se eu falar para você imaginar uma série infinita de numerais, você não poderia formar uma imagem mental (acurada) desta série. (Gaut, 2000, p.152, tradução nossa)¹⁶

¹⁶ A citação original encontra-se no anexo.

Berys Gaut (2000) acredita que a melhor definição para a imaginação seja o ato de pensar uma proposição p de uma determinada maneira, em que não se esteja comprometido com a sua verdade ou falsidade. Isso difere da atitude de crença, em que se deve estar comprometido com o caráter de verdade de algo. Para o autor, existe a possibilidade tanto de se acreditar em p como de imaginar p . É necessária a existência de duas atitudes proposicionais distintas para se abordar a mesma proposição. Somado à imaginação proposicional, existiria, também, uma imaginação objectual como, por exemplo, a imagem de um gato molhado. Imaginar um objeto X é um modo de lidar com o conceito de X sem estar comprometido com sua real existência.

Para Currie e Ravenscroft (2002), uma boa maneira de descrever a relação entre um produto da imaginação e sua contraparte é dizer que a imaginação simula esta outra coisa, o que implica em semelhança e dependência assimétrica: quando A simula B , B não simula A . O imaginar simularia o papel de crença nos processos inferenciais.

De acordo Currie e Ravenscroft (2002), nós podemos tanto agir a partir de crenças reais como através de premissas imaginadas. Podemos pensar ou acreditar e desejar de modo imaginário, o que nos permite exercitar a capacidade de transformar a informação cognitivamente. O que é distintivo do imaginar é que ele nos permite transformar informação proposicionalmente pelo raciocínio prático e teórico. Por exemplo, existem modos distintos de representar e transformar a informação visual. A formação de imagens mentais (*mental imagery*) nos possibilita representar e transformar dentro desses diferentes modos. Quando

desejamos conseguir mais informação diferente sobre algo para o qual estamos olhando, nós temos que nos mover em sua direção ou rotacioná-lo ou vê-lo em uma parte diferente do campo visual. Imaginar as coisas visualmente reflete, durante seu processo, os modos de transformação visual, muitas vezes de modo surpreendente.

Para Gaut (2000), existe também uma imaginação experiencial que se utiliza tanto do fator sensorial (imaginar visualmente um gato molhado) como do fenomenal (se imaginar estando molhado). Aquilo que faz que o ato de imaginar seja uma experiência sensória ou fenomenal é o modo de apresentação do pensamento. A imaginação experiencial é um modo de apresentação no qual os pensamentos sensoriais ou fenomênicos se apresentam de modo independente ao da realidade dos fatos. O ato de imaginar envolve um aspecto experiencial que ultrapassa o fato de se fazer uma proposição, o que é exemplificado pelo fato de se conseguir entender uma proposição, mas se sentir incapaz de imaginá-la.

Gaut (2000) considera, por último, outro aspecto do ato de imaginar que é o de se imaginar como sendo outra pessoa, ou como é estar na posição de um outro. Ele diz que este aspecto não deveria ser visto como um tipo distinto de imaginar, pois em sua estrutura há outros tipos de imaginação. Quando nos imaginamos na posição de um outro, devemos lidar com várias proposições sobre a sua posição, lidar com o conceito de vários objetos e, talvez, ter que utilizar tanto o modo sensório como o fenomenal da imaginação. Isso é considerado pelo autor como algo bem complexo, mas que não é tão radicalmente diferente dos outros tipos de imaginar.

De acordo com Heal (2003), quando desejamos saber o que outra pessoa está pensando ou decidindo, tentamos imaginar como o mundo parece ser para ela e tentamos explorar estados de sentimentos e estímulos para ação implícitos nessa visão de mundo. Se nós somos bem sucedidos nisso, devemos, em parte, recriar o ponto de vista da outra pessoa, sua maneira de pensar e suas prováveis decisões. Desse modo, nós podemos chegar a certas observações sobre o que o outro estaria pensando ou planejando realizar, e nós faremos isso sem a necessidade de nenhuma teoria psicológica complexa de como os pensamentos interagem ou o que eles fazem emergir.

Para Heal (2003), a imaginação fornece o *insight* de como o outro parece acreditar ou desejar. Isto se dá em virtude do fato de que nós e os outros compartilhamos a capacidade de pensar sobre o mundo em primeira ordem, ao invés de uma teoria, de uma representação de segunda ordem dessa capacidade.

O aspecto de se imaginar como sendo outra pessoa é, de acordo com Currie e Ravenscroft (2002), a função mais óbvia da imaginação, que possibilita nos projetarmos no lugar de um outro e ver ou pensar sobre o mundo de acordo com a perspectiva dele. A perspectiva da imaginação, nesse sentido, sempre toma a visão de outra pessoa, seja ela real ou não. Imaginar algo é se relacionar com isso como se acreditássemos em algo que se sabe inicialmente não se acreditar. É uma perspectiva hipotética que pode ser tanto de uma pessoa real ou de um personagem de um romance, e que, muitas vezes, difere da perspectiva em que a pessoa realmente acredita.

(...) A perspectiva tomada na imaginação poderia ser a perspectiva de uma outra pessoa real. Poderia ser a perspectiva que eu teria das coisas caso eu acreditasse em algo em que eu de fato não acredito. Poderia ser uma perspectiva hipotética, de um personagem fictício inventado por outra pessoa ou por nós mesmos. (...).(Currie e Ravenscroft, 2002, p. 1, tradução nossa)¹⁷

Para nós, a capacidade de se colocar no lugar de um outro imaginariamente pode ser vista e entendida através da literatura, quando, temporariamente, “assumimos” o modo de perceber e pensar de um outro, “suspendendo”, momentaneamente, nossas próprias crenças e, talvez, a consciência de nós mesmos.

A atividade imaginativa é muitas vezes um exercício prazeroso para a grande parte das pessoas, mas pode também indicar que a imaginação talvez tenha uma importância maior na nossa relação com a realidade do que aparentemente possamos perceber à primeira vista. Provavelmente, esta seria uma função adaptativa da espécie humana e que, portanto, estaria diretamente relacionada ao modo que nossos cérebros utilizam para “construir” nosso relacionamento com o mundo externo, com as outras pessoas e com nossa interioridade.

A imaginação coloca o mundo como pura possibilidade. Quando nos imaginamos no lugar de outra pessoa, estamos lidando com uma das alternativas possíveis para uma determinada situação, aumentamos nossa perspectiva de ação futura e, ao nos prepararmos para uma reação em relação a uma possível ação de um outro, estamos inserindo um sentido para aquilo que não podemos ter um conhecimento imediato.

¹⁷ A citação original encontra-se no anexo.

O termo imaginação diversas vezes é criticado por ser polissêmico ou apenas um rótulo que seria dado para diversas funções cognitivas que são unidas pela incompreensão que se têm delas. Outros críticos assumem uma postura contrária, dizendo que o termo imaginação seria uma explicação vazia para nos referirmos a nossa capacidade de conceber coisas que são conceitualmente possíveis (Thomas, 2010).

Thomas (2010) afirma que o verbo imaginar pode possuir dois significados, apesar da etimologia do termo e da maneira com que ela vem sendo analisada desde a antiguidade (Brann (1991), Kearney (1988)). A partir do século 20, a imaginação começou a ser tratada como um caso de “imaginando como” e, apenas de forma secundária, como algo ligado à formação de imagens mentais. Podemos observar que a imaginação pode ser entendida de diversas formas e que estas nem sempre estão ligadas, essencialmente, à produção de imagens mentais, mas, sim, à representação de algo que figura como possível.

4 - A construção do sentido através da experiência imaginária

Na quarta parte do trabalho, abordaremos a questão da construção do sentido pelo sujeito humano através do uso da imaginação. Primeiramente, abordaremos a questão do pensamento metafórico e de seu uso pela imaginação. Observamos que, pelo uso da metáfora, o ser humano transforma o mundo em que vive imaginativamente. E no final desta parte do trabalho, veremos a relação da criatividade com a imaginação.

4.1 Metáfora como modelo cognitivo

O processo metafórico em si não pode dar conta de todas as facetas do processo imaginativo, mas suas figuras, com certeza, são as que melhor traduzem a existência da diferença que cada mente possui ao representar um objeto e a relação particular que cada indivíduo possui com o mundo que o cerca.

De acordo com Modell (2006), o filósofo Mark Johnson e o linguista George Lakoff demonstraram que a metáfora não é, simplesmente, uma figura de linguagem, mas é, fundamentalmente, uma forma de pensamento e de cognição. A metáfora, como um modo de cognição, pode funcionar como intérprete da memória inconsciente. Nossa vida emocional e imaginativa é literalmente impensável separada deste processo metafórico inconsciente que, de acordo com os autores, nos faz humanos.

Entender o ato de representar mentalmente como uma construção metafórica faz com que o significado não esteja atrelado à coisa em si, mas faz

com que este passe a ser fruto de uma ação pessoal, um relacionamento entre mente e realidade (externa ou interna). E, mais ainda, pressupõe que o significado surja de um relacionamento entre o indivíduo e o ambiente. A mente não é apenas um processador de informação, mas ela constrói um significado pessoal para a realidade com a qual entra em contato.

O processo metafórico lida com a transferência de significados entre domínios diferentes (Modell, 2006) e pode transformar-se em novos significados e percepções, sendo essencial para a imaginação. Assim, a capacidade de imaginar (que trata daquilo que não é percebido, mas que é parte constituinte da realidade) auxilia naquilo que é percebido pelo sujeito e também faz parte do ato de perceber. O que é singularmente humano é a posse da linguagem, mas, também, a capacidade para imaginar que utiliza a metáfora enquanto uma ferramenta cognitiva.

Os conceitos que governam nossos pensamentos não são apenas questões do intelecto. Eles também governam nosso funcionamento cotidiano, até os detalhes mais mundanos. Nossos conceitos estruturam como percebemos, como vivemos no mundo, e como nos relacionamos com outras pessoas. Desse modo, nosso sistema conceitual tem um papel fundamental em definir nossas realidades cotidianas. Se nós estamos certos ao sugerir que o nosso sistema conceitual é amplamente metafórico, então o modo como pensamos, o que experienciamos e o que fazemos todos os dias é muito mais uma questão de metáfora. (Lakoff & Jhonson 1980, p.454, tradução nossa)¹⁸

Para Modell (2006), o processo metafórico, quando opera fora do domínio da linguagem, pode processar fragmentos de sensações corporais visuais, auditivas e outras. A transferência metafórica de sentido também pode ocorrer entre diferentes modalidades sensórias, independentemente do grau de

¹⁸ A citação original encontra-se no anexo.

fragmentação dos elementos, como no caso de sons isolados de uma fala. A formação metafórica envolveria múltiplas modalidades, incluindo dados derivados da visão, audição e sinestésicos. Esse processo de formação de metáforas também acessaria a memória inconsciente.

Modell (2006) também aponta para a hipótese de que o processo metafórico inconsciente está diretamente relacionado com a memória. O autor acredita que a memória autobiográfica inconsciente (memória do eu e de suas intenções), na qual a emoção está muito presente, forma categorias potenciais por meio de metáforas. Uma função básica da memória seria a detecção de inovação, de similaridade e diferenças nas constantes mudanças do fluxo das percepções, de dentro do corpo e do mundo externo.

Um termo que necessita ser esclarecido é o de inconsciente cognitivo que é utilizado por Lakoff e Johnson (1999). Os autores dizem que, uma vez que as operações cognitivas são amplamente inconscientes, o termo inconsciente cognitivo descreveria todas as operações cognitivas inconscientes envolvidas com o sistema conceitual, significado e linguagem. O inconsciente cognitivo é completamente eficaz, pois ele seria: intencional, representacional, proposicional, caracterizador de verdade, gerador de inferências, imaginativo e causal.

De acordo com Lakoff e Johnson (1999), os seres humanos, inconscientemente, criariam metáforas originadas de *inputs* sensoriais derivados de seus corpos. Eles formaríamos ferramentas cognitivas fundamentais como resultado desse processo metafórico, que transfere significados entre domínios sensoriais diferentes. Lakoff e Johnson (1999), descrevem essas metáforas corporais como sendo primárias. De acordo com os autores, um tipo de metáfora

primária é aquela que envolve equilíbrio e verticalidade, uma vez que se manter na postura ereta seria uma conquista universal no desenvolvimento de uma criança. A conquista da verticalidade é acompanhada pelo sentido de equilíbrio, ambos seriam experimentados como sendo “bons” e a sensação sinestésica de verticalidade seria mapeada e projetada no domínio conceitual. Esta metáfora primária resultaria na concepção universal de que “alto” significaria um aumento de quantidade e “baixo” o oposto.

Para Lakoff e Johnson (1999), a transferência de significado, o processo de mapeamento da experiência corporal até os conceitos abstratos, requer a formação de um esquema de imagem intermediário. Um esquema de imagem não seria uma imagem, mas um processo hipotético que produziria um produto como a metáfora linguística. O esquema de imagem seria a repetição de um padrão dinâmico das nossas interações perceptuais e programas motores que dão coerência e estrutura para nossa experiência. A estrutura, para os autores, é um fator de grande importância, uma vez que não pode existir nenhum significado sem alguma forma de estrutura que estabeleça relacionamentos.

Lakoff e Johnson (1980) explicam que a escolha da metáfora como tema de estudo é motivada pela crença em que este tema uniria em si: a imaginação e a racionalidade. A razão envolve categorização, inferência e causalidade. A imaginação, em um de seus muitos aspectos, implica em ver uma coisa nos termos de outra, o que eles denominam de pensamento metafórico. Para os autores, a metáfora seria, então, uma racionalidade imaginativa, uma vez que as categorias do nosso pensamento cotidiano são, em boa parte, amplamente metafóricas, e o nosso raciocínio diário envolveria inferências e causas. Para

Lakoff e Johnson, não é uma surpresa para certas pessoas descobrirem que seus conceitos emocionais como amor e ódio podem ser compreendidos metaforicamente. O que é mais interessante para elas é descobrir que a maior parte de nossos conceitos racionais mais básicos como tempo, quantidade causa entre outros, podem ser compreendidos por meio da metáfora. Assim, a racionalidade básica seria imaginativa em sua natureza. Dado o entendimento dos autores sobre a metáfora poética nos termos de causas metafóricas e inferências, a imaginação poética seria, em natureza, parcialmente racional.

A metáfora é uma de nossas ferramentas mais importantes para tentar compreender parcialmente o que não podemos compreender totalmente: nossos sentimentos, experiências estéticas, práticas morais, e consciência espiritual. Estes objetivos da imaginação não são desprovidos de racionalidade; uma vez que eles utilizam a metáfora, eles empregam uma racionalidade imaginativa. (Lakoff & Johnson, 1980, p.114, tradução nossa)¹⁹

De acordo com Green (2002), a imaginação seria uma faculdade metafórica, uma habilidade de apreender algo não familiar pelo reconhecimento das similaridades com algo que já conhecemos. Ele denomina essa capacidade imaginação paradigmática. O autor também nos diz que uma das maneiras pela qual um leitor reconhece uma metáfora é pela impossibilidade de tomá-la literalmente. A metáfora é experienciada como uma “impertinência semântica”, o que torna impossível ler a sentença como um caso de referência descritiva literal e, dessa maneira, introduz uma segunda referência metafórica por analogia. Por meio da metáfora, o poeta nos convida a ver algo como uma outra coisa, vê-lo através de uma lente metaforicamente particular.

¹⁹ A citação original encontra-se no anexo.

Stoellger (2002) também enfatiza esta característica metafórica da imaginação. Para este autor, ver, ouvir sentir ou provar são experiências evocativas, afetivas e associativas, nas quais há sempre um elemento imaginativo. Antes de qualquer representação intencional, existe um caráter representativo de sua presença que a conecta de forma significativa dentro de uma perspectiva pessoal.

Para nós, o tema da metáfora está intimamente associado à imaginação, pois esta parece ser um produto de sua atividade. Com o uso da metáfora, podemos nos distanciar dos dados puramente reais que captamos através dos sentidos ou, a partir de uma informação, significá-la de um modo novo, trazendo para o seu âmbito novas informações e utilidades.

4.2 A metáfora como um definidor da noção de realidade

De acordo com os estudos de Lakoff e Johnson (1980), os conceitos que governariam nossa maneira de pensar seriam responsáveis pelo nosso funcionamento dentro do mundo, pois eles estruturariam o modo como percebemos e nos relacionamos. Sendo assim, nosso sistema conceitual teria um papel central na definição de nossas realidades. Os autores sugerem que, se o nosso sistema conceitual é em grande parte metafórico, então, o modo como percebemos e lidamos com a realidade seria muito influenciado por estas metáforas.

O sistema conceitual que governaria nossas ações e pensamentos não seria algo do qual teríamos consciência normalmente, uma vez que operamos

automaticamente a partir de certos padrões. Para Lakoff e Johnson (1980, 1993), esse funcionamento do sistema conceitual fica mais evidente no uso da linguagem que, para eles, é uma fonte de evidências muito importantes de como este sistema funcionaria. A partir da evidência linguística, estes pesquisadores perceberam que grande parte do nosso sistema conceitual mais usual é metafórica e, então, eles começaram a identificar como as metáforas estruturariam nossos modos de perceber, pensar e agir. Eles utilizam como exemplo, o conceito de “argumento” e a metáfora conceitual de “argumento é guerra”. De acordo com estes autores, esta metáfora teria reflexo na nossa linguagem cotidiana em uma grande variedade de expressões como: “Ele atacou cada ponto fraco do meu argumento”, “Suas críticas foram bem no alvo”, “seus argumentos não possuem defesa”, entre outras.

Para Lakoff e Johnson, é importante perceber que nós não apenas falamos sobre os argumentos utilizando termos de guerra, nós realmente perdemos ou ganhamos os argumentos. A maioria das coisas que fazemos em uma discussão seria estruturada pelo conceito de guerra, o que seria diferente se estruturássemos este conceito em outros termos metafóricos.

Nossos modos convencionais de falar sobre os argumentos pressupõem uma metáfora da qual dificilmente estamos conscientes. A metáfora não está meramente nas palavras que utilizamos – ela se encontra em nosso próprio conceito de argumento. A linguagem de um argumento não é poética, fantasiosa, ou retórica; ela é literal. Nós falamos sobre os argumentos de um certo modo porque nós os concebemos assim – e nós agimos de acordo com a maneira com que concebemos as coisas. (Lakoff & Johnson 1980, p. 104 -105, tradução nossa)²⁰

²⁰ A citação original encontra-se no anexo.

Lakoff e Johnson (1980) também falam da existência de metáforas que são imaginativas e criativas e que diferem daquelas mais convencionais do nosso sistema conceitual. Estas metáforas imaginativas e criativas nos dão um novo entendimento de nossa experiência, assim como uma nova significação para nosso passado, para aquilo que fazemos, sabemos e acreditamos. Estas novas metáforas fornecem uma nova organização das nossas experiências que o nosso sistema conceitual convencional não disponibiliza.

Um aspecto importante, salientado pelos autores, é que o significado que uma nova metáfora terá para uma pessoa vai ser parcialmente determinado pela cultura e parcialmente determinado pelas experiências de vida dessa pessoa. As diferenças culturais podem ser cruciais, porque cada um dos vários conceitos que podem existir em uma metáfora, pode ter um significado que varia de uma cultura para outra, bem como indivíduos de uma mesma cultura podem ter experiências de vida que farão com que eles interpretem uma determinada metáfora de modo diferente.

(...)Novas metáforas possuem o poder de criar uma nova realidade. Isto pode começar a acontecer quando começamos a compreender nossa experiência em termos de uma metáfora, e isto se torna uma realidade profunda quando começamos a agir nestes termos. Se uma nova metáfora entra no sistema conceitual ela irá alterar as percepções e ações que originam deste sistema. Muitas das mudanças culturais surgem da introdução de novos conceitos metafóricos e da perda dos antigos. Por exemplo, a ocidentalização das culturas através do mundo é parcialmente uma questão da introdução da metáfora TEMPO É DINHEIRO nestas culturas. (Lakoff & Johnson, 1980, p. 111, tradução nossa)²¹

Brunner (2004), em seu estudo sobre como as pessoas narram suas próprias vidas, observa a existência de certo grupo de regras de narrativa que leva

²¹ A citação original encontra-se no anexo.

uma pessoa (narrador) a estruturar sua experiência de uma determinada maneira, dando forma e continuidade a sua vida. Para este autor, a capacidade de construir mundos seria a principal função da mente, e que poderíamos observar isto tanto nas ciências como nas artes. Bruner investiga em seu estudo uma forma diferente de raciocínio que não é responsável pela construção de argumentos lógicos e indutivos, mas, sim, pela construção de histórias e narrativas.

De acordo com Bruner (2004), as narrativas autobiográficas seriam construções e não refletiriam a verdade dos fatos; elas seriam uma reinterpretação contínua das experiências vividas. Uma das teses do autor seria que a narrativa imitaria a vida e a vida imitaria a narrativa. Neste sentido, a “vida” seria uma construção da imaginação humana, assim como a “narrativa”. A narrativa de uma vida pode apresentar diferentes formas e abordagens, o que as torna “instáveis”. Essa característica é, para Bruner, o que torna estas histórias de vida suscetíveis a influências culturais, linguísticas e interpessoais. Esta suscetibilidade de influência poderia ser a razão pela qual a análise psicológica, a religião e outras intervenções na vida possam ter um grande efeito em mudar a narrativa da vida de uma pessoa.

O ponto central do meu argumento é este: os processos cognitivos e linguísticos culturalmente moldados que guiam a narrativa pessoal das vidas acabam adquirindo o poder de estruturar a experiência perceptual, organizar a memória, segmentar e construir objetivamente todos os “eventos” da vida. No final, nós nos tornamos as narrativas autobiográficas pelas quais nós “contamos” nossas vidas. E dada a forma cultural a qual me referi, nós também nos tornamos variações das formas canônicas culturais. (Bruner, 2004, p. 694, tradução nossa)²²

²² A citação original encontra-se no anexo.

Blocker (1974) também aponta para a questão de como as narrativas fictícias ou reais influenciam a nossa percepção da realidade. Blocker afirma que, em diversos casos, a influência de uma obra literária continua a nos afetar mesmo depois que não estejamos mais em contato direto com ela. Várias das nossas atitudes sobre o amor, por exemplo, são formadas mais com base em romances e filmes do que pela vida real. Desta forma, a vida imitaria a arte, no sentido de que as pessoas vivem em um ambiente cultural que permite que certos aspectos da realidade sejam percebidos com mais atenção do que outros.

Durante sua pesquisa, Bruner analisa as narrativas autobiográficas de uma família. Ele justifica sua escolha afirmando que uma família constituiria uma pequena cultura, permitindo a observação de um aspecto apontado por Sartre: que o homem seria um contador de histórias e viveria rodeado de suas próprias histórias e das de outros; ele veria tudo que acontece a partir destas histórias e viveria sua própria vida como um modo de recontá-las. Bruner observa, através das narrativas dos membros desta família, o uso de metáforas em comum que são utilizadas para interpretar a realidade.

Bruner acredita que os modos de descrever e de conceitualizar os estados internos, utilizados pela pessoa para contar sua vida, se tornam tão habituais para ela que se transformam em ferramentas na estruturação da própria experiência, pois criam rotas na memória e não guiam a narrativa até o presente, mas, sim, a direcionam para o futuro. Para este autor, a vida é inseparável da vida narrada; a vida não é “como ela foi” e, sim, como ela é continuamente interpretada. Essa pesquisa realizada por Bruner é de grande interesse para nós, pois ela aponta para o fato de que a imaginação possui uma grande importância na nossa

interpretação daquilo que ocorre em nossas vidas. A conclusão final do autor pode apontar para um grande relativismo, mas, mesmo assim, é enriquecedora, ao mostrar que a realidade, como é experimentada por cada mente, pode ser apenas uma das alternativas possíveis.

Um ponto de vista semelhante ao de Bruner pode ser encontrado em Bronowski (1978). De acordo com este autor, quando imaginamos experiências passadas e as projetamos no presente, em situações reais ou hipotéticas, estamos dando forma ao futuro. Para Bronowski, passamos grande parte do tempo de nossas vidas projetando situações reais e imaginárias, decidindo qual dos possíveis resultados seria o melhor. Para este autor, o livre-arbítrio estaria baseado na capacidade imaginativa de visualização de alternativas e na capacidade de escolha entre elas. Em sua opinião, o problema central da consciência humana dependeria da capacidade de imaginar.

4.3 Recortes teóricos do conceito criatividade

Apesar de a imaginação parecer o veículo ideal para os atos criativos, não significa que ela esteja envolvida em todas as experiências criativas. Podemos perceber isto nas palavras de Casey:

(...) Imaginar não dá nenhuma garantia ou promessa de criatividade, mesmo que algumas vezes ela possa estar envolvida completamente em atos criativos. (...) Quando ocorrem simultaneamente ou em tempos separados, a imaginação e a criatividade não exibem nenhuma afinidade eletiva, ou seja, uma afinidade tal que a atividade de uma poderia ser tomada como sinal infalível da presença da outra (...).(Casey, 1976, p. 188, tradução nossa)²³

²³ A citação original encontra-se no anexo.

Primeiramente, vamos definir o termo criatividade. Para Novaes (1971), a criatividade, do ponto de vista etimológico, está ligada ao termo criar, dar existência a, sair do nada, estabelecer relações inéditas através do universo do indivíduo, visando determinados fins. Para a autora, o comportamento criativo pertence à categoria de comportamentos integrativos, uma vez que o ser humano sente, pensa e cria como um todo e, na sua trajetória vital, é sensível às mudanças ambientais, a fim de ajustar a sua própria mudança pessoal.

Novaes (1971) também salienta que uma atitude criativa representa uma resposta adequada a uma situação nova, e uma resposta mais adequada e construtiva a uma situação antiga. O indivíduo criador deve ser capaz de modificar seu comportamento em resposta a novas informações, além de desenvolver perspectivas a fim de progredir por si mesmo de modo consistente, num estilo único de aprendizagem, estimulando a mudança e proporcionando oportunidades para transferir e aplicar o conhecimento às situações da realidade.

Concordamos com a ideia de Novaes (1971) de que a criatividade seria um comportamento integrativo, pois percebemos que seus resultados sempre são fruto de diversos domínios que operariam em conjunto, tais como a emoção memória, imaginação, entre outros. A criatividade parece exercer um papel importante na nossa sobrevivência enquanto espécie, bem como em nosso desenvolvimento pessoal. O pensamento criativo tende a surgir da necessidade, que tornaria o sujeito mais propenso a combinar diversos conhecimentos e habilidades em busca de uma solução inédita.

De acordo com Torrance (1976), não podemos dizer que alguém está funcionando mentalmente de modo pleno se as capacidades envolvidas no pensamento criativo estão de alguma forma prejudicadas, como as capacidades que utilizamos para tomar consciência de problemas, pensar em possíveis soluções e submetê-las à prova. Isto causaria dificuldades ao indivíduo no momento de enfrentar seus problemas de vida.

Torrance (1976) define o pensamento criativo como o processo de perceber lacunas ou elementos faltantes perturbadores; formar ideias ou hipóteses a respeito deles; testar estas hipóteses e comunicar os resultados, possivelmente modificando e testando as hipóteses. Conceitos como curiosidade, imaginação, descoberta, inovação e invenção são proeminentes nas discussões sobre o significado da criatividade.

De acordo com Gaut (2000), a criatividade seria um tipo de fazer que envolveria certo talento em produzir algo que é original e que possui um valor cultural considerável. O fazer criativo envolve sempre a criação de algo. A criação criativa envolve sempre a execução dessa ação através do talento de uma pessoa, não pode ser fruto do acaso ou uma produção mecânica.

Já para Ostrower (2004), criar seria basicamente dar forma a algo “novo”, fenômenos relacionados de modo novo e compreendidos em termos novos. O ato criador abrangeria, portanto, a capacidade de compreender, assim como de relacionar, configurar e significar.

Ostrower (2004) também enfatiza que, desde as primeiras culturas, o ser humano se apresenta como um ser formador, capaz de estabelecer relacionamentos entre múltiplos eventos que ocorrem ao redor e dentro dele. Ao

relacionar eventos, ele os configura dentro de sua experiência de vida e lhes dá um significado. Nas perguntas e soluções que encontra ao agir, ao sonhar, ao imaginar, o ser humano sempre relaciona e forma.

4.4 A imaginação como veículo da criatividade

Como observamos inicialmente, não existiria, de modo geral, nenhuma relação necessária entre a criatividade e a imaginação. Mas, como Gaut (2002) aponta, ao analisarmos mais detalhadamente os usos criativos da imaginação, podemos encontrar algumas conexões entre elas, pois, segundo este autor, haveria dois modelos para a imaginação operar em relação à criatividade.

O primeiro destes modelos seria o modelo de exibição, em que a imaginação operaria como um modo de exibição dos resultados da criatividade para o sujeito criativo. Neste modelo, porém, a criatividade operaria através de outras capacidades mentais, provavelmente um outro domínio como o inconsciente. O inconsciente geraria a ideia e disponibilizaria para o sujeito através da imaginação. Neste ponto, o modelo de exibição seria um herdeiro da abordagem inspiracional da criatividade, na qual a ideia criativa surge de forma pronta para o indivíduo e a imaginação é considerada como um espaço mental, uma de suas funções primárias. O modelo de exibição não é capaz de dar conta de toda relação existente entre a imaginação e a criatividade, pois, de acordo com este modelo, a imaginação exerce apenas um papel mediador.

Faz-se necessário identificar dois tipos de criatividade ou aspectos da mesma. Um, passivo, em que a criatividade ocorreria quando o sujeito não está

consciente do processo criativo, o qual ocorreu previamente para que houvesse a existência da ideia. Este processo se daria, mais comumente, nos casos de *insight*. Para este tipo de criatividade, o modelo de exibição se encaixaria bem.

De forma contrastante, a criatividade ativa ocorreria quando o sujeito busca, de forma ativa, várias soluções, e a solução aparece como fruto desta atividade consciente. Acontece, com frequência, nas artes, quando, por exemplo, um pintor consegue perceber melhor o resultado de uma ideia através de sua execução. No caso da criatividade ativa, o sujeito usa sua imaginação como parte central do processo criativo. Este tipo de criatividade nos faz pensar que a imaginação exerce um papel central no processo criativo.

O outro modelo que relaciona a criatividade e a imaginação, proposto por Gaut (2002), seria o modelo de busca, o qual dá para a imaginação um papel durante o próprio processo criativo. Neste modelo, a imaginação é vista como aquela capaz de apresentar várias possibilidades relevantes e selecionar, dentre elas, a mais adequada para as circunstâncias apresentadas, ressaltando que, para que estas possibilidades sejam consideradas criativas, elas devem ser surpreendentes e originais.

Neste modelo, quando alguém surge com uma nova ideia ou inventa um novo objeto, pode-se pensar que ele trabalhou através de várias possibilidades ordenadas dentro de um espaço lógico. A pessoa criativa tem uma imaginação forte e poderosa, capaz de imaginar de forma mais abrangente do que a maioria; sua imaginação é capaz de encontrar uma gama de possibilidades relevantes e selecionar a mais plausível diante das circunstâncias. Assim, o processo da invenção seria a efetivação da escolha de uma das possibilidades restantes.

Neste modelo proposto por Gaut, podemos observar que a imaginação não poderia ser entendida como fonte para a criatividade, mas, sim, como um veículo, uma vez que a própria imaginação pode ser utilizada de maneira não criativa.

Podemos encontrar uma ideia semelhante no estudo sobre a imaginação realizado por Egan (1992). Ele aponta a flexibilidade como característica central da imaginação, pois ela possibilita ao sujeito imaginativo conceber uma grande gama de estados e ações que não existem ou que não se explicam por uma extrapolação dos estados ou ações convencionais. Ao conceber esta gama de estado ou ações, a pessoa imaginativa pode mantê-los em sua mente e considerar as implicações potenciais, acessar suas disposições ou observar suas características, selecionando aquilo que parece mais original e efetivo. O que Egan (1992) nos sugere é que a criatividade poderia ser considerada como uma expressão do trabalho da imaginação em seu nível mais alto.

De acordo com Gaut (2000), a imaginação é peculiarmente apropriada para servir como veículo da criatividade pelo fato de ser um estado intencional diferente das crenças e das intenções. A atitude proposicional de crença visa à verdade, tendo com ela um vínculo intrínseco, sendo paradoxal afirmar, por exemplo, “acredito que está chovendo, mas não está chovendo”. A intenção também envolve um tipo de comprometimento, mas é um comprometimento com a ação de realizar algo que se deseja, quando podemos realizá-lo, o que torna paradoxal a proposição: “Pretendo escalar, mas eu não vou quando eu puder”.

A imaginação não possui nenhuma finalidade intrínseca, como nos casos da crença e da intenção. De acordo com Gaut (2000), imaginar algo é não estar comprometido com sua verdade ou falsidade, o que não torna paradoxal afirmar:

“Imaginei que estava chovendo, mas não está”. Imaginar algo é estar livre de comprometer-se, o que a torna o veículo ideal para a criatividade, pois o sujeito pode tentar várias abordagens somente imaginando-as, sem ter que estar comprometido com a verdade ou ter que realmente realizá-las. Os fins da imaginação são extrínsecos a ela. Sendo assim, ela pode ser utilizada para vários objetivos sem ser irracional. Em contraste, no caso da imaginação utilizada como veículo da criatividade, a imaginação não possui nenhum fim extrínseco, nem mesmo ser criativa. O uso criativo da imaginação é definido não por seus objetivos, mas pelos seus resultados.

O autor chama a atenção para o fato de que se aquele que imagina passa a acreditar, ou seja, adota uma atitude oposta ao ato de imaginar, ele passa a ter uma falsa crença, derivando, então, a ideia de que a imaginação estaria associada com a loucura. A imaginação envolve a consciência de que a presença daquilo que estamos imaginando, naquele momento, é irreal, observando sempre, que existem objetos ou situações que imaginamos que podem ser reais.

4.5 A metáfora como paradigma da imaginação criativa

Percebemos que os autores com os quais vimos trabalhando possuem a tendência de enfatizar a questão da metáfora como algo que uniria em si a criatividade e a imaginação, pois a criação de uma boa metáfora é um exercício criativo e imaginativo de uma pessoa que se expressa através de algum meio e que promove a associação, por parte dos receptores, de domínios diferentes do conhecimento. O raciocínio metafórico parece ser uma prática comum nas

atividades criativas e parece ter, também, uma grande influência sobre o pensamento criativo. Como vimos anteriormente através de Lakoff e Johnson, a criação de metáforas seria uma característica muito comum na imaginação criativa.

O conceito de imaginação criativa deriva da noção desenvolvida por Kant de imaginação reprodutiva e produtiva. A imaginação produtiva seria responsável pela produção de imagens derivadas da memória. Ela pode ser utilizada não criativamente, como no caso das fantasias e devaneios, mas, quando ela se relaciona com ideias estéticas, que seriam um tipo de produto da imaginação, a criatividade ocorreria.

De acordo com Kearney (1998), os objetos estéticos para Kant diferem radicalmente dos objetos de nossa experiência cotidiana; apenas com os primeiros a imaginação encontraria sua finalidade. Na experiência cotidiana, quando vemos um objeto e o reconhecemos, nós formamos previamente uma imagem mental deste objeto, semelhante à imagem conceito. Nós podemos apreender um objeto que percebemos, pois podemos formar imagem de outros objetos semelhantes. Quando um objeto não é percebido no mundo real diretamente, como um objeto de arte, a imaginação se torna livre de qualquer referência externa, não estando mais atrelada aos conceitos. Quando vemos um objeto representado artisticamente, não o julgaremos com base nos conceitos inerentes à existência desse objeto, mas, sim, estaremos preocupados com sua beleza e com o fato de que este objeto manifesta uma certa completude, produto da imaginação.

Para Gaut (2000), os exemplos que Kant cita quando fala sobre as ideias estéticas, seriam exemplos de metáforas. As metáforas geram muitos pensamentos, mas aquilo que elas dizem não pode ser completamente parafraseado por qualquer linguagem literal, elas envolvem o uso da imaginação.

Gaut (2000) aborda a questão da metáfora como expressão paradigmática da imaginação criativa. Segundo ele, a metáfora é uma expressão da imaginação, desde que se diga, metaforicamente, que x é y , convida-se a pensar ou a se imaginar x como sendo y . Esse exercício une dois domínios diferentes em uma nova forma criativa que muitos momentos suscita novos *insights* para esses domínios. A formação de metáforas seria, para o autor, um paradigma do uso criativo da imaginação, uma vez que ela demonstra como a imaginação criativa pode trabalhar mais claramente, nos auxiliando a compreender melhor a imaginação criativa.

Thomas (1999) aponta também a característica criativa da imaginação, que pode ser percebida através do exercício metafórico do “ver como”, tanto na arte como na ciência. Os artistas induziriam o espectador a “ver como” (see as) um determinado aspecto da existência, bem como os trabalhos científicos, que induzem a um determinado modo de perceber o mundo natural ou conceitual.

A imaginação possuiria uma estreita relação com a criatividade, já que esta pode vir a ser associada com o conceito de atividade da mente. O conceito de imaginação pressupõe sempre que a mente é uma entidade ativa, muito mais do que passiva ou apenas um recipiente de dados perceptuais. A atividade imaginativa traz em si o conceito de construção, a ideia de que cada mente individual constrói um modelo de realidade para tudo aquilo que percebe no

mundo externo. Esta noção contraria a ideia de que a mente seria uma entidade mimética que reproduziria exatamente aquilo que é percebido, representado pela metáfora da mente, moldável, como a cera de abelha ao ser “aquecida”, pela ação perceptual.

De acordo com Avens (1993), a atividade imaginativa, além de sua função reprodutiva, tem a misteriosa habilidade de enxergar o lado interior das coisas e de nos assegurar de que há mais em nossa experiência do mundo do que possamos conceber. Seria uma sensação de premonição de que há sempre mais a experimentar e mais naquilo que experimentamos do que podemos vaticinar.

A imaginação pode ser um veículo para a criatividade, pois esta lida com os objetos apenas como possibilidades, não se atendo a suas características reais. Podemos observar a liberdade que o ato imaginativo propicia através do pensamento de Bernis:

Na obra da imaginação, sentimo-nos livres. Essa liberdade manifesta-se tanto na invenção do cientista quanto na invenção estética. O cientista abstrai-se da experiência para representar combinações possíveis de fenômenos dessemelhantes. O artista e o poeta desprendem-se de sua vida pessoal para chegar mais além de si mesmos, o homem eterno (...). (Bernis, 1997, p.80)

A liberdade do ato imaginativo possibilita a observação do mundo por diversas perspectivas, que tomam forma através da imagem mental, podendo ser exteriorizadas por meio de diversas atividades culturais. Essa liberdade propiciada pelo ato da imaginação, de ver o mundo como possibilidade, é entendida por nós como a razão de sua relação com o ato criativo.

Conclusão

Concluimos, por este trabalho, que a imaginação é um aspecto importante da cognição humana. Seu estudo nos traz um enriquecimento da visão da mente como aquela que constrói um significado para o mundo em que estamos inseridos. Esta visão nos torna ativos e responsáveis pela construção de nosso conhecimento, o qual pode derivar de outras fontes não tão objetivas e racionais, mas, nem por isso, menos valiosas.

Durante o nosso trabalho, ficou claro que aquilo que consideramos como realidade é uma construção feita por nosso modo de apreensão, o que significa que a realidade na qual nossa consciência se insere não é a realidade empírica tal qual ela é definida pela ciência. No caso, percebemos que a imaginação, através de suas imagens e de sua flexibilidade, também influencia a construção dessa realidade. Para nós, toda nossa experiência cognitiva seria permeada por um elemento imaginativo que se relaciona diretamente com a capacidade de imaginar o que poderia acontecer se uma coisa fosse de outra forma.

Vimos que a imaginação, por não ter a necessidade de se ater aos fatos reais, pode se movimentar diretamente para um futuro possível. Em várias ocasiões, a imaginação projeta, dentro do momento presente, suas imagens. Essas são epifanias que tornam os momentos cotidianos, que de outra forma seriam banais, significantes para o sujeito imaginante.

Como vimos no primeiro capítulo, o conhecimento que vamos adquirindo não se armazena apenas sob o código verbal, as imagens mentais também são de grande auxílio na codificação de nosso conhecimento. Elas podem ser

utilizadas para evocar palavras ou outras imagens relacionadas e memórias não verbais. O significado emergiria desse processo.

A formação de imagens mentais pela imaginação seria um aspecto importante dentro do nosso conhecimento do mundo. Acreditamos que, através da formação de imagens mentais, a linguagem verbal pode ter seu significado ampliado. As imagens mentais têm como função representar o mundo em sua ausência, através de imagens que preservam nossas percepções e nos auxiliam na nossa interpretação do mundo. O dinamismo das imagens mentais nos permite transformar, decompor e gerar novas imagens que não possuem nenhuma necessidade de estar diretamente relacionadas com nossas experiências passadas.

Outra questão importante que foi possível perceber durante nossa pesquisa é que a imaginação pode não envolver a formação de imagens, mas este processo é certamente comum nos usos da imaginação e pode, de forma sutil, estar inevitavelmente envolvida em todas as formas de imaginar.

A evocação de imagens parece possuir um grande componente afetivo. A imaginação possibilita-nos sentir certas emoções com relação a um objeto que não se encontra presente e que pode não ser real. A ligação comum observada na relação da imaginação e da emoção pode ser percebida, especialmente, nos casos em que as imagens são evocadas conscientemente, assim como a observação de quando sustentamos uma sequência de imagens na mente, elas se movem na forma de uma narrativa, em conexões metafóricas, nas quais existe sempre presente um conteúdo emocional.

Um aspecto importante que gostaríamos de salientar do nosso trabalho é a identificação da imaginação com o pensamento metafórico. Para nós, o exercício metafórico nos permite um afastamento da realidade concreta e o surgimento de novos significados. A metáfora nos permite deixar de lado a literalidade das coisas; ela nos permite ficar no possível. A imaginação se torna indispensável para que nos aproximemos dos objetos da percepção como símbolos, os quais são diferentes de suas aparências.

Acreditamos que o estudo do tema escolhido apresenta muitas dificuldades teóricas, uma vez que o termo imaginação possui diversas interpretações e acepções. Mas, o que nos pareceu claro, ao longo de nossas leituras, é que a imaginação seria responsável por nos fornecer possibilidades ou, mais exatamente, de “enxergar” o mundo como possibilidade. E isto advém de uma flexibilidade de seu funcionamento, que não se atém à realidade factual das coisas. Essa característica é vista, por nós, como um fator fundamental que uniria o exercício imaginativo ao fazer criativo.

Concluimos que é através da imaginação que o homem vive e enxerga novas possibilidades de vida e de mundo, sendo capaz de transcender cada estado dado. A vida do homem adquire um novo significado através destas novas possibilidades que ele pode trazer à tona em seu mundo. Isto é como o processo artístico, no qual o pintor enfatiza as características relevantes para a construção da forma que ele deseja revelar. Sem dúvida, para nós, esta consciência das possibilidades, esta transposição do potencial para a presença real, é uma característica vital da imaginação, e que demonstra sua importância dentro de nossas vidas e de nossa cultura.

Bibliografia

AVENS, R. Imaginação é Realidade. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

BARRETO, Marco H. Imaginação Simbólica: Reflexões Introdutórias. Edições Loyola, 2008.

BERMAN, D. & LYONS, W. The First Modern Battle for Consciousness: J. B. Watson's Rejections of Mental Images. *Journal of Consciousness Studies*, 14, 5-26, 2007.

BERNIS, J. A Imaginação: Do sensualismo epicurista à psicanálise. Jorge Zahar Editor, 1997.

BLOCKER, H. G. The Truth About Fictional Entities, *The philosophical Quarterly*, Vol. 24, No. 94, p. 27-36, 1971.

BRANN, E. T. H. The World of Imagination: sum and substance, Rowman & Littlefield Publishers, 1991.

BRONOWSKI, J. As Origens do conhecimento e da Imaginação, Editora Universidade de Brasília, 1978.

BRUNER, J. Life as Narrative, *Social Research*, 71, p. 691- 710, 2004.

CASEY, E. S. Imagination, Imagining and the Image, *Philosophy and Phenomenal Research*, 31, 475- 490, 1971.

CASEY, E. S. Imagining: a Phenomenological Study, Indiana University Press, 1979.

CURRIE, G. & RAVENSCROFT, I. Recreative Minds. Oxford University Press, 2002.

DAMÁSIO, A. O mistério da Consciência: do corpo e das emoções ao conhecimento de si. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

DURAND, G. A imaginação simbólica. São Paulo: Editora Cultrix, 1988.

DURAND, G. O Imaginário: Ensaio acerca das ciências e da filosofia da imagem. Rio de Janeiro: DIFEL, 2010.

EGAN, K. Imagination in Teaching and Learning: the middle school years, Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

ELLIS, R. Questioning consciousness: the interplay of imagery cognition, and emotion in the human brain, John Benjamins Publishing Co, 1995.

FARAH, M. J. Is Visual Imagery Really Visual? Overlooked Evidence From Neuropsychology, *Psychological Review*, Vol. 95, No. 3, 307-317, 1988.

FARAH, M. J. Hammond, K. Levine, D. Calvanio, R., (1988) Visual and Spatial Mental Imagery: Dissociable Systems of Representation, *Cognitive Psychology* 20, 439-462.

FINKE, R. A. Imagery, Creativity and Emergent Structure *Consciousness and Cognition*, 5, 381-393, 1996.

GAUT, B. Creativity and Imagination in: The creation of Art, chap. 6, 148-173, Cambridge, 2000.

GREEN, G. The Mirror, the Lamp and the Lens: On the Limits of Imagination, *Ars Disputandi*, 2, 75-86, 2002.

HEAL, J. Mind, Reason, and Imagination: Selected essays in Philosophy of Mind and Language, Cambridge University Press, 2003.

HUME, D. Investigação sobre o Entendimento Humano In: Os Pensadores vol. XXII, são Paulo: Abril Cultural, 1973.

KAUFMANN, F. & HEIDER, F. On Imagination, *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 7 No 3, p. 369-375, 1947.

KEARNEY, R. The wake of imagination: toward a postmodern culture, Minneapolis: University of Minneapolis Press, 1988.

KIND, A. Putting the Image Back in Imagination, *Philosophy and Phenomenological Research*, LXII, No. 1, 85-109, 2001.

KOSSLYN, S. Ghosts in the Mind's Machine: Creating and Using Images in the Brain. New York: Norton and Company, 1983.

KOSSLYN, S. Aspects of a Cognitive Neuroscience of Mental Imagery in Science, New Series, 240, 1621-1626, 1988.

KOSSLYN, S., SEGER, C., PANI, J., HILLGER, L. When is Imagery Used in Everyday Life? A Diary Study, *Journal of Mental Imagery*, 14, p. 131-152, 1990.

KOSSLYN, S. The case for Mental Imagery, Oxford University Press, 2006.

KUGLER, P. La creación psíquica de imágenes: Un puente entre sujeto y objeto in: Introducción a Jung. 1ª ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

LAKOFF, G. (1993) How Metaphor structures dreams: the theory of conceptual metaphor applied to dream analysis *Dreaming* 3: 77-98, 1993.

LAKOFF, G. & JOHNSON, M. *Metaphors We Live By*, Chicago: University of Chicago Press, 1980.

LANGER, S. K. *Filosofia em nova chave*, São Paulo: Perspectiva, 2004.

LEVINE, D., WARACH, J. & FARAH, M. J. Two visual systems in mental imagery: Dissociation of “what” and “where” in imagery disorders due to bilateral posterior cerebral lesions. *Neurology*, 35, 1010-1018, 1985.

MODELL, A. H. *Imagination and the Meaningful Brain*, MIT Press, 2006.

NANAY, B. Perception and imagination: a modal perception as mental imagery, *Philos Stud* 150, 239- 254, 2009.

NICHOLS, S. *The Architecture of Imagination: New essays on Pretence, Possibility, and Fiction*, Clarendon Press, 2006.

NOVAES, M. H. *Psicologia da Criatividade*, Rio de Janeiro: Vozes, 1971.

O’CONOR K. P. & AARDEMA, F. The Imagination: Cognitive, pre-cognitive, and metacognitive aspects. *Consciousness and Cognition*, 14, 233-256, 2005.

OSTROWER, F. *Criatividade e processos de criação*, Rio de Janeiro: Vozes, 2004.

PYLYSHYN, Z. W. Mental imagery: in search of a theory. *Behavioral and brain Sciences*, 25, 157-238, 2002.

PYLYSHYN, Z. W. Return of the mental image: are there really pictures in the brain? *Cognitive Sciences*, 7, 113-118, 2003.

PYLYSHYN, Z. W. Is the "Imagery Debate" Over? If so, What Was It About? In E. Dupoux, S. Dehane & L. Cohen (eds.), *Cognition: A Critical Look. Advances, Questions and Controversies in Honor of J. Mehler*. MIT Press, 2002.

ROLAND, P. E. & FRIBERG, L. Localization of Cortical areas activated by thinking, *Journal of Neurophysiology*, 53, 1219-1243, 1985.

RYLE, G. *The concept of mind*. London: Huchinson, 1949.

SADOSKI, M. Imagination, Cognition and Persona, *Rhetoric Review*, Vol. 10, No. 2, p.266 – 278, 1992.

SARTRE, J. P. A imaginação In: Os pensadores Vol. XLV, São Paulo: Abril Cultural, 1973.

SHEPARD, R., FINKE, R. Visual Functions of Mental Imagery in *Handbook of perception and human performance*. Volume 2 (A87-33501 14-53). New York, Wiley-Interscience, 1986, p. 37-55, 1986.

SCHULTZ, D. P. & SCHULTZ, S. E. História da Psicologia Moderna, São Paulo: Editora Cultrix, 1992.

STOELLGER, P. Imagination Ltd.: Considerations on The Quest for Limits of Imagination, *Ars Disputandi*, vol.2. p. 87- 13, 2002.

STRAWSON, P. F. Imagination and perception, in P. Strawson (Ed), *Freedom and Resentment*, Oxford University Press, 1974.

TAKAYA, K. On the connections between Imagination and Education: Philosophical and Pedagogical perspectives, 2004.

TAYLOR, P. Imagination and Information, *Philosophy and Phenomenological Research*, Vol. 42, No. 2, p. 205-223, 1981.

THOMAS, N. J. T. Experience and Theory as Determinants of Attitudes toward Mental Representation: The Case of Knight Dunlap and the Vanishing Images of J.B. Watson. *The American Journal of Psychology*, vol.102, pp. 395-412, 1989.

THOMAS, N. J. T. Are theories of imagery theories of imagination? An active perception approach to conscious mental content. *Cognitive Science*, 23, 207-245, 1999.

THOMAS, N. J. T. Mental Imagery, Philosophical Issues About, in the *Encyclopedia of Cognitive Science* [Volume 2, pp. 1147-1153 - Editor in Chief, Lynn Nadel. London/Hoboken, NJ: Nature Publishing/Wiley, 2003.

THOMAS, N. J. T. Imagination, Eliminativism, and the Pre-History of Consciousness, *Slagmark: Tidsskrift for Idéhistorie* (46) 15-31, 2006.

THOMAS, N. J. T. The Multidimensional Spectrum of Imagination: Images, Dreams, Hallucinations, and Active, Imaginative Perception, unpublished, <http://www.imagery-imagination.com/spectrum.htm>, 2010.

TORRANCE, E. P. Criatividade: Medidas, testes e avaliações, IBRASA, SP, 1976.

TYE, M. The Debate about Mental Imagery. *The Journal of Philosophy*, 81, 678-691, 1984.

TYE, M. The Picture Theory of Mental Images, *The Philosophical Review*, Vol. 97, No. 4, 497-520, 1988.

WARNOCK, M. La Imaginación, México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

Anexo:

1- "(...) The capture of the imagination as an observable piece of nature starts with devising ways to extract measurable evidence about imaginal structures and processes. It begins, in fact, even further back, with the tortuously difficult formulation of a criteria for the existence of mental images, or better, for having imagery." (Brann, 1991, p.211)

2- "Most people have the incorrigible sense of seeing internal likenesses. However behaviorally inaccessible and formalistically inarticulate they may be. These likenesses do not present themselves as mere proportions, mere identities of relation of two different realms. They are felt to be genuine space-like similarities, which preserve the essential extendedness that is lost in any verbal or numerical symbolization. (...)." (Brann p.222, 1991)

3- "Pictorialists have taken this experiment to support the idea that mental images can be scanned and the idea that mental images can have parts of which their subjects are unconscious. This latter idea is suggested by the fact that when the subjects focused on part of their images they were not aware of imaging other parts. (...)." (Tye, M. 1984, p. 682).

4- "Mental images exist in a medium that functions as a space; they are themselves functional pictures in this medium. Kosslyn hypothesizes that imagery medium is shared with perception. In veridical perception, any given unit in the medium, by being active, represents the presence of an object part at a particular spatial location within the field of view. In imagery, the same unit, by being active, represents the very same thing. Thus, imaged object parts are represented within an image as having certain viewpoint-relative locations they do not in fact occupy, namely those locations they would have occupied in the field of view had the same object parts produced the same active units during normal vision". (Tye, M., 1988, p. 508).

5- "In pictorialist's view, mental images are neural entities having features that represent spatial extension and angular separation. Furthermore, image rotation is a neural process that transforms images bit by bit so that they represent objects at gradually changing angles. The explanation the pictorialist is, in fact, proposing, then goes something like this: when a person imagines one figure F1 rotated so as to superimpose another F2, he has an image of F1 and an image of F2 which share a feature K representing the angular separation of F1 and F2. As a person rotates the former image at fixed speed so as to superimpose the latter, K systematically and smooth changes so as to represent decreasing angular separations of F1 and F2. Thus the time T it takes to imagine one figure rotated so as to superimpose another increases linearly with increasing angular separation of the figures because, with greater angular separations, K has to go through more changes as the images are rotated so as to superimpose, and T, given a fixed

rotational velocity, increases linearly with increasing changes in K.” (Tye, M, 1984, p. 683)

6- “Thus, a pattern in an array in a computer can be a depiction because the points can correspond to points on the surface of an object with the corresponding distances on the object being preserved by the number of cells (filled or empty) between the points in the array. Similarly, there need to be no actual picture in the brain to have a depiction: all that is needed is a functional space in which distance can be defined vis-a-vis the interpretation of the information. However, although all that is required in order to have a depiction is a functional space, such representations may occur in brain regions that are physically - as well as functionally - spatial.” (Kosslyn, 1995, p. 282)

7- “The existence of highly selective deficits in visual abilities has contributed to our understanding of the functional architecture of visual perception by demonstrating which other abilities are independent of which other abilities. If visual imagery uses the same representational machinery as visual perception, then one should expect selective perceptual deficits in imagery abilities of patients that parallel their selective perceptual deficits. In fact, for all of the types of selective visual deficits due to cortical lesions in which imagery has been examined, parallel imagery deficits have been observed.” (Farah, M., p 312, 1988)

8- “These neuropsychological data are important not simply in their own right but in combination with the behavioral data summarized earlier. We not only have behavioral evidence that distance is an intrinsic part of image representations, but we also have neurological evidence showing that topographically organized parts of the brain play a key role in imagery. These areas are organized to depict the local geometry of an object’s shape, and they are not involved in language or other types of information processing. These areas are tailor-made to support depictive representations and lack the appropriate characteristics to support language-like representations. Thus, the evidence is very strong that depictive representations underlie visual mental images.” (Kosslyn, 1995, p, 292)

9- “Here we should observe that throughout the history of philosophy a dual thesis has been especially prominent: perceptions viewed both as the critical point at which the external world first impinges upon the perceiver (thereby imparting sensory “data” to him) and as the way in which the sense data are assimilated by the perceiver to become the basis for subsequent cognitive activities. In other words, it is at once the condition and source of cognition and the earliest stage (or stages, since it may occur in several steps) in cognition. Hence it is not surprising that what is called “perception” has acquired such an amplitude of meaning that it has become an essentially ambiguous term in every day discourse.” (Casey, 1979, p.128).

10- “Whenever we perceive, we anticipate to some extent the subsequent course of perceptual experience – above all, those aspects of it which seem to be on the

verge of being revealed. However much we anticipate in perception, though, we are always in basically the same predicament: our expectations are subject to disappointment. Nothing guarantees that the further course of perceptual experience, in short or in the long run, will bear out our anticipations. Even these anticipations are based upon considerable previous experience of the object or event in question, they cannot achieve complete certainty concerning its future appearances. At any moment (a moment which is not itself predictable), they may be contradicted and shown to be baseless.” (Casey, 1979, p165-166)

11- “The content of imagining is complete. Every imaginative presentation comes in plenary form. Nothing is left out or left behind. Nothing is not yet given, nor is anything indicated as about to be given or as likely to be given. All is given – all that can be given by imaginative means. The entire content is there to be savored, and nothing is hidden from view; everything lies lucidly before the imaginer’s psychical gaze. This means that each imaginative presentation is complete monadic whole (...).” (Casey, 1979, p. 171)

12- “(...), far from confining or constraining imagination, perception in its epistemological role serves precisely to make imagining possible – possible as one form of mentation among others – while not predetermining its specific course. Although it is epistemologically posterior to perception, imagining is not beholden to perceiving for its particular content on any give occasion; it is still less derivative with regard to its own intentional structures and eidetic traits. From a descriptive or phenomenological perspective, that is, at the level of conscious experience, imagination possesses particularities that render it unreducible to perception or to such offshoots of perception as memory or hallucination. Imagination’s uniquely self-completing, self- enclosing, and self- transparent character has no counterpart – not even a forerunner - in perceptual experience proper. Consequently, even if imagining relies on perceiving regarded as premise of all human experience, it remains master in its own house, displaying an autonomous action that is without parallel in perception”. (Casey, 1979, p. 172-173)

13- “Imagination is the basic building block of all consciousness. I.e. all contents of consciousness involve a subjunctive and imaginative element. They involve in one way or another imagining what would happen if something were other than the way it is.” (Ellis, R. 1995, p. 2)

14-“(…) la imaginación es nuestro medio de interpretar el mundo, y también es nuestro medio de formar imágenes en la mente. Las propias imágenes no están separadas de nuestras interpretaciones del mundo; son nuestro medio de pensar en los objetos del mundo. Vemos las formas con los ojos de nuestra mente y vemos estas mismas formas en el mundo. No podríamos hacer una de estas cosas si no pudiéramos hacer la otra. (...). (Warnock, M. p. 335)”

15- “The imagined object thus possesses an existential status of its own: that of pure possibility, which cannot be explicated in terms of reality or unreality or a

mixture of the two together. In imagining proper, we posit an object merely as possible, and nothing more; we do not posit it as either real or unreal, nor are we entirely neutral or indifferent toward it.” (Casey, 1972, p. 478)

16- “Imagery is a matter of the having of sensory presentations; but these images need not be instances of imagination. A memory image of the blue front door of my previous house involves a belief about that front door, not an imagining of it. The same is true of many dream images. Perception involves perceptual presentations of the objects perceived; and such presentations though arguably images are not imaginings of the objects perceived. So memory, dreams and perception involve imagery, but are not instances of imagination. The point, then, is that one cannot identify imagery with imagination (though, as we shall see, some images are imaginings). Conversely, imagination need not involve imagery. If I asked you to imagine that gradually your brain cells were replaced by silicon chips, you need form no mental image of this process to comply with my request; indeed, if I asked you to imagine an infinite row of numerals, you couldn’t form an (accurate) mental image of that row.” (Gaut, 2000, p.152)

17- “(...) The perspective taken in imagination might be the perspective of another actual person. It might be the perspective I would have on things if I believed something I actually don’t believe. It might be a hypothetical perspective, that of a fictional character of someone else’s devising or our own (...).” (Currie & Ravenscroft, 2002, p. 1)

18- “The concepts that govern our thought are not just matters of the intellect. They also govern our everyday functioning, down to the most mundane details. Our concepts structure what we perceive, how we get around in the world, and how we relate to other people. Our conceptual system thus plays a central role in defining our everyday realities. If we are right in suggesting that our conceptual system is largely metaphorical, then the way we think, what we experience, and what we do every day is very much a matter of metaphor.” (Lakoff & Johnson 1980, p.454)

19- “Metaphor is one of our most important tools for trying to comprehend partially what cannot be comprehended totally: our feelings, aesthetic experiences, moral practices, and spiritual awareness. These endeavors of the imagination are not devoid of rationality; since they use metaphor, they employ an imaginative rationality.” (Lakoff & Johnson, 1980, p.114)

20- “Our conventional ways of talking about arguments presuppose a metaphor we are hardly ever conscious of. The metaphor is not merely in the words we use – it is in our very concept of an argument. The language of argument is not poetic, fanciful, or rhetorical; it is literal. We talk about arguments that way because we conceive of them that way – and we act according to the way we conceive of things”. (Lakoff & Johnson 1980, p. 104 -105).

21- “New metaphors have the power to create a new reality. This can begin to happen when we start to comprehend our experience in terms of a metaphor, and it becomes a deeper reality when we begin to act in terms of it. If a new metaphor enters the conceptual system that we base our actions on, it will alter that conceptual system and the perceptions and actions that the system gives rise to. Much of cultural change arises from the introduction of new metaphorical concepts and the loss of old ones. For example, the Westernization of cultures throughout the world is partly a matter of introducing the TIME IS MONEY metaphor into those cultures.” (Lakoff & Johnson, 1980, p. 111)

22- “The heart of my argument is this: eventually the culturally shaped cognitive and linguistic processes that guide the self-telling of life narratives achieve the power to structure perceptual experience, to organize memory, to segment and purpose-build the very "events" of a life. In the end, we become the autobiographical narratives by which we "tell about" our lives. And given the cultural shaping to which I referred, we also become variants of the culture's canonical forms.” (Bruner, 2004, p. 694)

23- “Imagining gives no guarantee or strict promise of creativity, even though it may sometimes be involved in full accomplishment of certain creative acts. (...) Whether occurring simultaneously or separated over time, imagining and being creative do not exhibit any elective affinity for each other, that is, an affinity such that one activity could be taken as an infallible sign of the presence of the other.(...).” (Casey, 1976, p. 188)